

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Jônatas Elias Florêncio

EMATER/RS – ASCAR E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DO RS

**Porto Alegre
2019**

Jônatas Elias Florêncio

EMATER/RS – ASCAR E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DO RS

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Rogério Faé
Coorientadora: Jaqueline G. Santos

Porto Alegre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Coordenador substituto: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Florêncio, Jônatas Elias

Emater/RS–Ascar e sua relação com o estado do RS./ Jônatas Elias Florêncio. - 2019.

73 f.

Orientador: Rogério Faé.

Coorientador: Jaqueline Guimarães Santos.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Gestão Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Emater/RS – Ascar. 2. Extensão Rural e Social. 3. Agricultor Familiar. 4. Gestão Pública. 5. Socioeconômico. I. Faé, Rogério, orient. II. Santos, Jaqueline Guimarães, co-orient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pela autora.

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

E-mail: eadadm@ufrgs.br

Jônatas Elias Florêncio

EMATER/RS – ASCAR E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DO RS

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovado em ____ de _____ de 2019.

Banca Examinadora

Examinador(a): Nome e Sobrenome

Examinador(a): Nome e Sobrenome

Orientador(a): Rogério Faé

Coorientador(a): Jaqueline G. Santos

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus familiares, especialmente para minha esposa Fernanda M.T Bugs Florêncio, e meu filho João Mauricio Bugs Florêncio, pela paciência e apoio.

A todos que, com muita compreensão e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao professor Prof. Rogério Faé pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos coordenadores a distância do curso, pelo também apoio e compreensão.

A coordenadora do Polo EAD, de Jacuizinho Tais Niederauer pelo intenso incentivo.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na vida acadêmica deste curso de especialização.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante o meu muito obrigado.

RESUMO

A Emater/RS–Ascar é uma entidade que possui uma profunda importância no Desenvolvimento Econômico e Social da população Rural do RS, por ter como objetivo proporcionar melhorias na atuação dos agricultores familiares e povos tradicionais do RS. Por ser uma entidade com tal relevância entendeu adequado realizar um estudo sobre a gestão adotada, conhecendo os principais métodos de atuação, programas e políticas públicas trabalhadas pela entidade, bem como conhecer melhor o modo de funcionamento e suas ações, ratificando a importância de sua atuação e abrangência. Assim, faz-se necessário descrever a estrutura organizacional e sua relação social com o público assistido, o qual reconhece a dimensão e importância da Emater, no contexto social e econômico no RS.

Palavras-chave: Emater/RS–Ascar. Extensão Rural e Social. Agricultor Familiar. Governo do Estado. Gestão Pública.

Emater/RS-Ascar and its Relationship with the State of RS

ABSTRACT

Emater/RS-Ascar is an entity that has a deep importance in the Economic and Social Development of the rural population of the RS, as it aims to provide improvements in the performance of the family farmers and traditional peoples of RS. Being an entity with such relevance considered adequate to carry out a study on the adopted management, knowing the main methods of action, programs and public policies worked by the entity, as well as to know better the way of functioning and its actions, ratifying the importance of its action and comprehensiveness. Thus, it is necessary to describe the organizational structure and its social relation with the assisted public, which recognizes the dimension and importance of EMATER, in the social and economic context in RS.

Keywords: Emater/RS–Ascar. Rural and Social Extension. Family Farmer. State Government. Public Management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR –	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ADCT –	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AIA –	Associação Internacional e Americana
ALRS –	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
Amater –	Agricultura Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural
Amau -	Associação dos Municípios do Alto Uruguai
Anater –	Assistência Técnica e Extensão Rural
APL –	Arranjos Produtivos Locais
ASB –	Alto da Serra do Botucaraí
Ascar –	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATERS –	Assistência Técnica e Extensão Rural
Cadúncio –	Cadastro Único
Cebas –	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
Cefas -	Centro de Formação de Fazenda Souza, Caxias do Sul/RS
Certa –	Centro Regional de Qualificação de Agricultores de Teutônia
Cetac -	Centro de Formação de Canguçu
Cetam –	Centro de Treinamento de Agricultores de Montenegro
Cetanp –	Centro Regional Formação Profissional Produtos de Nova Petrópolis
Cetre –	Centro de Treinamento de Agricultura
Cetreb –	Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso
Cetren -	Centro de Formação de Não Me Toque
CFE -	Centro de Formação de Erechim
CGATER –	Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural
CNAE –	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Coredes –	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
Cotrijal –	Cooperativa Agropecuária e Industrial
DTP –	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMs –	Escritórios Municipais
EUA –	Estados Unidos
FCP –	Fundação Cultural Palmares
Feaper –	Programa de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar
GEC –	Gerência de Classificação e Certificação

later –	Instituto de Assistência e Extensão Rural
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAd –	Junta Administrativa
MDA –	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS –	Ministério de Desenvolvimento Social
MDs –	Unidades Didáticas
PAA –	Programa de Aquisição de Alimentos
PBQ –	Programa Brasil Quilombola
PBSM –	Programa Brasil sem Fome
PEC –	Programa de Extensão Cooperativa
PNA –	Programa Nacional de Alimentos da Escola
RGP –	Registro da atividade Pesqueira
RS –	Rio Grande do Sul
SDR –	Secretaria de Desenvolvimento Rural
Seppir –	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sibater –	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Exterior Rural
UCP –	Unidade de Cooperativismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS PESQUISA	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivos Específicos	13
2.3 Justificativa.....	13
2.4 Metodologia	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICO	17
3.1 O Surgimento da Extensão Rural	17
3.2 A Extensão Rural e Social no Brasil e principalmente do RS	19
3.3 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sua definição	20
3.4 História e importância da agricultura Familiar no Brasil	20
3.5 A Agricultura Familiar no RS.....	22
3.6 Principais Povos Tradicionais no RS que são atendidos pela EMATER através ações ligadas á Agricultura Familiar.....	23
3.6.1 Quilombolas	23
3.6.3 Indígenas.....	26
3.6.3 Pescadores Artesanais.....	29
4 A EMATER-ASCAR ENTIDADE OFICIAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RS	31
4.1 O Processo de Formação e Gestão da Ascar e Emater/RS	31
4.2 Finalidades Estatutárias	35
4.3 Objetivos da Entidade.....	36
4.4 Público beneficiário	37
4.5 Forma de custeio da Emater	37
5 A METODOLOGIA DE EXTENSÃO RURAL ADOTADA PELA EMATER/RS – ASCAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA O RS	38
5.1 Métodos Individuais na extensão Rural – Conceito e Considerações	39
5.2 Métodos Grupais – conceito e considerações	40
5.3 Técnicas de Dinamização de Grupos – conceito e considerações	42
5.4 A importância da Extensão Rural realizada pela Emater/RS –Ascar	43
6 FORMA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS DA EMATER/RS - ASCAR 45	45
6.1 Estrutura Operacional da Emater	45
6.2 Atividades rotineiras, projetos e programas que EMATER executa no RS	56
6.2.1 Programa Segunda Água	56
6.2.2 Programa de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Feaper).....	56
6.2.3 Programa Brasil sem Miséria (PBSM)/Anater	57
6.2.4 Gestão sustentável da Agricultura Familiar	57
6.2.5 Agroindústria Familiar.....	58
6.2.6 Bovinocultura Leiteira	58
6.2.7 Avicultura Colonial.....	59
6.2.9 Pecuária familiar (bovinos, caprinos, bubalinos, ovinos).....	60
6.2.10 Olericultura	61
6.2.11 Grãos (soja, trigo, milho, etc.)	61
6.2.12 Ações Socioassistenciais	62
6.2.13 ATER Juventude Rural.....	62
6.2.14 Crédito Rural	63

6.2.15 Manejo e Conservação de Solos e Água	63
6.2.16 Ação Social	64
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

A Extensão Rural e Social teve início no Brasil em meados dos anos 40, em Minas Gerais, mas foi só na década seguinte que se originou a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e com ela se constituíram nos Estados Brasileiros as Entidades Estaduais de Assistências Técnica e Extensão Rural. Neste trabalho aborda-se a Associação Sulina de Crédito Assistência Rural (Ascar) criada em 1955 no Rio Grande do Sul, essa situação teve breve duração, por motivos de adequações da lei vigente da época, os Estados Brasileiros se viram obrigados e constituir Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural vinculadas ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater). Como a Ascar era uma Associação Civil e não poderia se vincular ao sistema, que após diversas tentativas frustradas de criação de uma empresa estatal, o estado do RS, optou no ano de 1977, pela criação da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), no mesmo ano no mês julho houve o processo de incorporação da Ascar à Emater/RS, devido ao fato da Ascar possuir certas vantagens e prerrogativas, ficou definido no ano de 1980, que ambos coexistiram por meio de um Protocolo de Operacionalização Conjunta. Este fato torna a Emater/RS–Ascar como a única entidade nesta situação no Brasil.

No ano de 2018 a referida entidade possuía em torno de 2.100 funcionários, contando com 493 escritórios municipais, distribuídos em 12 regiões administrativas, tendo um escritório central, oito centros de formação, sete unidades de cooperativas, 40 unidades de classificação e uma Unidade Indígena. Com toda essa envergadura e abrangência a entidade precisa de uma gestão eficiente e coesa, que se consegue por meio de Metodologias de Extensão Rural, que se assemelhem a realidade do indivíduo do campo. Por muitas vezes a população rural de vulnerabilidade social fica a margem de políticas públicas, por motivos fúteis, que facilmente são resolvidos pelo atendimento das famílias nos Escritórios Municipais e/ou em visitas às propriedades.

A área de atuação da Emater vai desde etapas primárias, como obtenção de documentos pessoais até a compra da terra própria ou até mesmo obtenção de negócio próprio (agroindústria), iniciando na semente indo à colheita, armazenagem

e venda. Isso tudo prova o quanto é necessária a atuação junto ao produtor rural, para o desenvolvimento socioeconômico local e do estado do RS.

Cabe ressaltar ainda, que a complexidade da vida rural vai muito além da porteira, isso prova que é necessário que exista uma entidade com um vasto conhecimento da realidade local, assim fornecendo uma visão que priorize o desenvolvimento socioeconômico, seja por meio de programas sociais, ou, através de processo de acompanhamento e orientação, isto a Emater vem realizando desde sua criação. Este esforço estimula as famílias a não deixarem o campo para traz, e se aventurarem em zonas urbanas; esta atuação é de suma importância em municípios predominantemente agrícolas, pois se aumentar muito o êxodo rural, certamente estes municípios agrícolas iriam sucumbir diante da difícil situação que instalaria. É sabido que esse fenômeno de êxodo rural já acontece no RS há anos, e mais uma vez prova a importância da Emater, para compensar a *“balança Rural vs. Urbano”*, pois com a diminuição do público rural e o aumento demasiado do público em áreas urbanas, impossibilitaria o abastecimento de alimentos, e isso sem contar nos efeitos maléficos ao meio ambiente; pois fomentar a permanência e produção no meio rural é um papel importante feito pela entidade oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no RS.

2 OBJETIVOS PESQUISA

2.1 Objetivo Geral

Analisar a forma como a Emater-Ascar está estruturada para proporcionar o desenvolvimento da agricultura familiar do RS.

2.2 Objetivos Específicos

Conhecer a origem da Extensão Rural.

Estudar como a Extensão Rural foi inserida no Brasil e especificamente no RS.

Buscar entender as formas estruturais que a Emater-Ascar possui, para atender as ações ligadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no RS.

Estudar os principais programas sociais promovidos pela Emater–Ascar.

Conhecer os impactos causados pelas ações da Emater junto ao seu público assistido.

2.3 Justificativa

A economia global vem passando por diversas intensificações nos processos industriais financeiros e produtivos ao longo de décadas. O mundo passou por uma verdadeira transformação a partir do ano de 1900. Não por acaso, aqui no Brasil a partir da década de 1950 a agricultura se encontrava em franco desenvolvimento, com instalações de muitas cooperativas de produção no Estado, bem como o mercado em alta. E para ter-se uma melhor distribuição de renda e organização rural, com políticas sociais e agrárias, sendo efetivamente aplicadas nas propriedades rurais era necessário que existisse uma entidade que fizesse a ponte entre setor público e meio rural, que trabalhasse diretamente ligado a políticas públicas junto aos povos tradicionais (indígenas, assentados e quilombolas). Com essa justificativa somada com a necessidade mudanças, que se viu durante a “Revolução Verde” nos EUA, que culminou logo depois com criação da ABCAR, e

em Porto Alegre a Ascar de caráter privado e filantropo. Com o passar do tempo e com as reformas feitas pelo governo JK, ficou evidente que esta associação privada não poderia sozinha captar recursos muito menos operacionalizar e viabilizar políticas públicas, pois feria os princípios norteadores de tal reforma administrativa. A partir daí começou a se pensar em uma solução plausível para sanar esta peculiaridade, com isso no ano de 1977 se reuniram diversas autoridades para tratar da fundação de uma sociedade destinada a executar, de forma integrada, atividades de assistência técnica e extensão rural em todo o Rio Grande do Sul, colaborando, desta forma, com os poderes públicos e o setor privado, a fim de, unindo esforços, acelerar o processo de desenvolvimento do setor agropecuário, esta reunião foi marcada pela criação da Emater/RS, que fazia parte do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), este que era um órgão federal.

Este estudo tem suma importância, pois descreverá e analisará a forma como a Emater-Ascar esta estruturada para proporcionar o desenvolvimento da agricultura familiar do RS, com isso evidenciando a importância desta entidade perante o estado, atreves isso trazendo à tona sua relação social que esta possui com o Estado, bem como a forma que o convênio é firmado e aplicado, assim estabelecerá a real necessidade de se ter uma instituição que presta serviços de ATER gratuito e através dele se terá a dimensão dos serviços prestados e recebidos, bem como a relação de custo/benefício entre estado e instituição.

2.4 Metodologia

A fonte principal de coleta de dados será a Emater/RS–Ascar, através de seu acervo de fotos, revistas, jornais, publicações, teses, sua biblioteca bem como relatos de funcionários que trabalham nela. Simultaneamente serão captadas informações das Extintas Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), também na Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) com isso realizando estudo de caso, ou seja, ira descrever a situação do contexto em que está sendo feita esta determinada investigação, bem como preservando o caráter unitário do objeto estudado assim possibilitando o estudo e descrição das características específicas, propriedades e relações existentes na sociedade gaúcha.

Para Gil (2002) o estudo de caso descritivo que é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. São exemplos de pesquisa descritiva as pesquisas mercadológicas e de opinião (BARROS e LEHFELD, 1986).

A finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, discutir o mérito dos conteúdos.

Nesse tipo de pesquisa não deve existir interferência do pesquisador, que deverá apenas descobrir as frequências com que os fenômenos acontecem ou como se estruturam e funcionam os sistemas, métodos, processos ou realidades operacionais.

O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. A referida pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto (PEROVANO, 2014; apud CALIMERIO; MIYASATO, 2016, p.8).

Em suma pesquisa descritiva é, juntamente com a pesquisa exploratória, a mais habitualmente realizada pelos pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. É também a mais solicitada por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.

A referida metodologia é usada com frequência em pesquisas na área de administração, mas nas demais áreas é pouco compreendida e bastante criticada. Uma das principais críticas é a impossibilidade de, a partir da análise de um ou de poucos casos, estabelecer generalizações. Outra crítica importante é a falta de rigor científico, já que o pesquisador está sujeito a aceitar evidências equivocadas ou visões tendenciosas que podem influenciar suas conclusões (FLYBJERG, 2006; THOMAS, 2010 apud BRANSKI; FRANCO; LIMA JR. 2010, p. 01).

Entre as pesquisas descritivas, destacam-se aquelas que tem como principal objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por

idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que se registra etc. Serão incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também serão pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidário e nível de rendimentos ou de escolaridade (GIL, 2002).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICO

3.1 O Surgimento da Extensão Rural

Segundo Mussol¹ (1985), fazendo uma revisão histórica, podemos distinguir dois momentos distintos. O primeiro é a formação espontânea de grupos de agricultores, que se encontram para debater seus problemas e buscar soluções, neste primeiro momento ainda se tem um a fase seguinte que são os agricultores, que após saturarem (na visão deles) as possibilidades de busca de soluções entre os membros do grupo/comunidades, trazem para orientá-los pessoas de fora do seu sistema social, tais como professores, técnicos, engenheiros entre outros. Estas experiências foram registradas em várias partes do mundo, contudo a referência evidencie a experiência norte-americana.

No segundo momento citado por Mussol (1985), é a institucionalização da extensão Rural e, principalmente, sua introdução no terceiro mundo.

Segundo a Extension Service Review² (1976), “o extensionismo é um dos exemplos em que o impulso para sua regulamentação saiu do campo para só depois chegar ao congresso”.

Em suma a ideia básica de extensão originou-se a partir da necessidade eminente dos agricultores(as), que frequentavam os conhecidos “institutos agrícolas” para aprenderem com os professores das universidades de agronomia.

Destaca-se que no período que compreende entre o ano de 1785, onde é oficializada a Sociedade agrícola da Filadélfia, e logo depois a criação dos Institutos Agrícolas, até 1914, quando o Congresso Americano define por meio da Lei Smith – Lever, os Objetivos do Sistema de Extensão Cooperativa, a extensão passa por uma série de mudanças.

Mudanças essas que podemos analisar a partir de 1943, através da “Revolução Verde” que possui a conotação de acabar com a fome no mundo, ao qual possui um modelo teórico modestamente simples, pois partia do princípio de serem geradas variedades novas de plantas com produção elevada e que deveriam

¹ MUSSOI, Eros Marion Mussoi, Engenheiro Agrônomo, MSc em extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pós-graduação em Desenvolvimento Econômico e Planejamento (Nápoles- Itália).

² Extension Service Review, U.S. Department of Agriculture, May and June, 1976. 72p.

ser montado um serviço mais eficiente para mudar as novas variedades aos agricultores envolvidos, que adotaram as inovações através disso passariam a ganhar o dobro na produção, e por esse motivo parte desta produção seria colocada à disposição da população com vulnerabilidade social, em outras palavras a população faminta.

Para Lester Brown, que é um dos principais pensadores que abordam a Revolução Verde, ele dizia que “os custos e o esforço extra valem a pena, uma vez que, ao usar insumos comprados e ao comercializar a produção adicional, os camponeses, entram na corrente da vida econômica”.

Por mais que as ações “extensionistas” tenham sido registradas na história da Antiguidade, nos tempos contemporâneos é que o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades da Inglaterra a partir de meados do século XIX. Já no início do século XX, o surgimento de serviços cooperativos de extensão rural chegou nos EUA, com estrutura principal a participação de universidades americanas, está conhecida como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (JONES; GARFORTH, 1997 apud BLAS; PÜLLER, 2016, p. 9).

O termo extensão rural pode não ser muito autoexplicativo, pois desde sua implantação dentro do modelo cooperativo de extensão nos EUA, a partir deste ponto que se iniciou certa conceituação de extensão rural, onde podemos descrever que estes conceitos evoluíram com o passar do tempo junto com as mudanças conjunturais e singularidades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural de cada país. A extensão Rural também pode ser compreendida como um processo, como instituição e como política.

Observa-se que a literatura estrangeira que aborda esse tema não adota uma separação entre os termos assistência técnica e extensão rural. Vemos que no inglês o termo mais usado é *agricultural extension*, por outro lado também são empregados os termos rurais *extension* ou *agricultural advisory service* (serviço de consultoria agrícola). Dificilmente uma ação de extensão rural deixará de abranger ações de assistência técnica.

Vale lembrar que o termo extensão rural também pode ser compreendida como uma política pública, ou seja, neste caso se refere às políticas de extensão rural, delimitados pelos governos (federal, estaduais ou municipais) por algum

período, por meio de certos dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

3.2 A Extensão Rural e Social no Brasil e principalmente do RS

Para Caporal (2002), com início da Extensão Rural nos EUA, o Brasil assim como outros países na América Latina, começaram a seguir o que recomendava os manuais da época, desconsiderando o fato que o subdesenvolvimento era um dos resultados do desenvolvimento e da acumulação capitalista, que se acelerava nos centros industrializados (fora e dentro do país). Nesta perspectiva a política para o agro, partia da compreensão de que o setor rural era atrasado e que, necessariamente, deveria se “modernizar”. Além disso, os problemas políticos, econômicos e sociais dos anos 50 (crise do modelo agroexportador, déficit na balança comercial, etc.) abriam espaços para abrigar estratégias que supunham a necessidade de qualificar e expandir a produção agrícola, razão pela qual era bem-vinda a ideia de um serviço de incentivo e suporte à modernização da agricultura.

Lembrando que a partir da Revolução Verde que surgiu em meados dos anos 40, que por coincidência ou não, a extensão rural se deu início no Brasil, por meio de experiências como a da Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo que aconteceram nos anos de 1948 e 1956 respectivamente, também durante este período surgem a Acar/MG, a Ancar/NE, Ascar/RS, Acaresc/SC, salientamos que este período foi arcado pelo surgimento da ABCAR que só foi criado pelo fato do entendimento do então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek com o então Vice - presidente dos EUA, Nelson Rockefeller que havia criado a Associação Internacional Americana (AIA) para o desenvolvimento Econômico e Social.

Até o final dos anos 50, estas organizações estavam representadas em quase todos os estados Nacionais. Com relação ao RS, foi criada, em 1955, a Ascar, hoje conhecida como Emater/RS, criada em 1977, e que funciona em conjunto com a Ascar, através deste fato se deu efetivo início das políticas de extensão rural no estado.

3.3 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sua definição

É indiscutível que no meio rural seja necessário um trabalho de comunicação, no tocante da comunhão de ideias dado por Freire (1971), no qual os extencionistas, respeitam e valorizam a cultura do trabalhador rural, juntamente com ele e o grupo, onde façam reflexões sobre as diversas situações injustas e contraditórias, sempre buscando juntos o comprometimento integral para solucionar os problemas evidenciados através de soluções técnicas, econômicas, sociais ou culturais.

A ATER são atribuições regimentais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme estabelece a Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016, que trata da estrutura regimental deste ministério. Deste modo, compete à Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER/DIMS/SMC) coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a ATER.

A ABCAR define a “Extensão Rural como um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe melhor produção e conseqüentemente uma maior produtividade, assim elevando a renda e melhorando seu nível de vida”.

Vale lembrar que a extensão rural é um processo educacional que tem como objetivo transferir os conhecimentos ou tecnologia para as famílias rurais e tem como caráter o coletivo. Por outro lado, a assistência técnica possui um caráter mais individual e limita-se a aplicar a tecnologia por meio técnico.

3.4 História e importância da agricultura Familiar no Brasil

Para Ribeiro (2006), quando iniciou a ocupação do Brasil pelos portugueses no início do século XVI, existiam grupos indígenas que habitavam no país sendo o principal o povo Tupi, que é considerado o primeiro passo para evolução cultural da revolução agrícola, pois já faziam por conta própria. Temos Guimarães (1977) afirmando que os índios brasileiros da época do descobrimento, oriundo de várias regiões, já na época praticavam, com certo efeito uma agricultura mais que

rudimentar, pois em certos períodos se alternavam, um grupo plantava uma cultura enquanto outro se deslocava para outro, lugar com isso de tendo certo nomadismo, pois os cultivos agrícolas dos Tupis brasileiros eram efetuados em grandes roçados na mata, devido a isso é esse povos pode superar da carência alimentar a que estavam sujeitos povos pré-agrícolas, pois com a prática agrícola se assegurava fartura e diversidade alimentar durante todo o ano (RIBEIRO, 2006).

Guimarães (1977) informa, que a mão de obra oriunda de povos indígenas não escravizados também foi amplamente utilizada nas roças que se formavam em torno das feitorias³, durante os primórdios da ocupação portuguesa. E Altafin (2007) ressalta que foram os indígenas os primeiros fornecedores de alimentos para o colonizador português, nos anos iniciais da colonização do Brasil, ou seja, eles foram o pioneiro no país, a ter a agricultura familiar como fonte de renda.

Em uma abordagem pouco mais recente, observam Brumer et al. (1997) que a agricultura familiar brasileira foi influenciada pelas origens coloniais da sociedade e pela economia, em três intensas características que são as grandes propriedades as monoculturas de exportação e claro a escravidão. Wanderley (1997) considera que o modelo que originou o campesinato brasileiro repete certas qualidades dos processos sociais da própria história da agricultura brasileira em âmbito colonial, devido a isso que se firmou a dominação econômica, social e política dos latifúndios, a escravidão e uma grande fronteira de terras livres ou passíveis de ocupação ou posse.

A partir de julho de 2006, que a agricultura familiar pôde de fato ser formalizado por meio da Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais onde que se considera agricultor familiar àquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural desde que atenda a alguns requisitos básicos, como: não possuir propriedade rural maior que quatro módulos fiscais⁴; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.

³ As feitorias portuguesas foram entrepostos comerciais, geralmente fortificados e instalados em zonas costeiras, que os portugueses construíram para centralizar e, assim, dominar o comércio dos produtos locais para o reino (e daí para a Europa)

⁴ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979.

No ano de 2006 e, por último, o de 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o Censo Agropecuário Brasileiro e neles verificou-se a grande importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país para a produção de alimentos.

3.5 A Agricultura Familiar no RS

A agricultura familiar é importantíssima para o Rio Grande do Sul, pois é através dela que se produz grande parte dos alimentos consumidos dentro do Estado. Este segmento envolve 85,7% do total de estabelecimentos rurais do estado (378.546 estabelecimentos) e 74,4% do pessoal ocupado no campo (IBGE, 2006). As cadeias produtivas vinculadas ao campo representaram metade do produto interno bruto (PIB) do Estado, e as cadeias produtivas vinculadas à agricultura familiar representam 27% do PIB gaúcho (FIPE/MDA, 2005).

No Rio Grande do Sul, foram realizados diversos estudos sobre os agricultores considerados como “pequenos” pelo fato de destaque que possuíram na formação econômica estadual, que possui forte vínculo com a política que deu origem às “colônias”, que na época os estabelecimentos dos “colonos” eram de tamanhos bastantes variados, dificilmente passavam de 80 hectares. Estes trabalhos analíticos dedicados ao tema, quase sempre, fundamentam-se em dados basicamente restritos, como se pode citar como exemplo, os que se encontram nos inúmeros estudos de casos, realizados no âmbito acadêmico, baseados em amostragens.

Vale ressaltar que na década de 90, foi realizado um trabalho de identificação da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, tendo como base em dados oficiais do IBGE. Este estudo era patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário tem por título Agricultura Familiar na Economia - Brasil e Rio Grande do Sul, 1995-2003 (2005). Com isso a partir de uma metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio, os estabelecimentos agrícolas definidos como familiares foram dimensionados e avaliados sob o enfoque do agronegócio familiar.

A partir de 2006, pela primeira vez foram obtidos dados mais amplos da agricultura familiar brasileira com ênfase no sul-rio-grandense. Assim, esse ano será lembrado, do ponto de vista da história das estatísticas agropecuárias, como aquele

em que esse tipo específico de agricultura passou a contar com estatísticas oficiais. Essa ação tem sido saudada por colocar esses agricultores em evidência e por permitir o reconhecimento do quanto contribuem para a sociedade na produção de riquezas, de alimentos e na ocupação de mão de obra. No entanto, vale ressaltar que existem discordâncias de parte de alguns cientistas sociais a respeito do procedimento metodológico de classificação da agricultura familiar adotado pelo IBGE. Navarro (2010) questiona a noção de agricultura familiar oficialmente adotada para a agregação dos dados, considerada por ele inadequada e simplificadora.

3.6 Principais Povos Tradicionais no RS que são atendidos pela Emater através ações ligadas à Agricultura Familiar

O Rio Grande do Sul não é diferente do Brasil, no que diz respeito à população nativa, ou seja, em seu território existem diversas reservas onde habitam povos remanescentes de diversas culturas, estas comunidades são denominadas de povos tradicionais, dentre os mais importantes podemos citar os Indígenas, os Remanescentes de Quilombo e os pescadores artesanais ou ribeirinhos, estes são públicos alvo de políticas públicas ligadas à agricultura familiar.

3.6.1 Quilombolas

Os Remanescentes de Quilombo ou como comumente é conhecido de Quilombolas são atualmente os habitantes de comunidades negras situadas em zonas rurais, semi rurais ou urbanas formadas essencialmente por descendentes de africanos que outrora foram escravizados, que vivem, na sua maioria, através da agricultura de subsistência em terras que foram doadas, compradas ou ocupadas há muito tempo.

Eles são grupos com afinidades sociais com relação à étnica, portanto possuindo uma ancestralidade em comum, como formas de organização social e política, elencando elementos linguísticos, como religiosos e culturais devido a estes atributos que os distingue do restante da sociedade. A respeito da identidade étnica, cujo processo de auto identificação que não deve se resumir em elementos materiais ou traços biológicos, como a cor da pele e cabelos por exemplo. Para ser

considerada comunidade de remanescentes de quilombolas as comunidades devem desenvolver processos de resistência para manter e reproduzir seu modo de vida característico em um determinado lugar, sendo assim mantendo as tradições de seus antepassados.

As referidas comunidades Quilombolas não são necessariamente isoladas ou compostas por um tipo único de população homogênea. Estas comunidades foram formadas por processos distintos que incluem além das fugas para ocupação de terras consideradas livres, também heranças, doações de terceiros, recebimento de terras como forma de pagamento de serviços prestados ao Estado, também compra ou a permanência em terras que eram ocupadas e cultivadas em grandes propriedades este último como forma de desapropriação, que também é o mais controverso e polêmico dos processos citados.

Segundo dados oficiais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgãos responsáveis pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, existem atualmente mais de 700 (setecentas) comunidades oficialmente registradas pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura e mais de 200 (duzentos) processos de regularização fundiária em andamento, envolvendo mais de 300 (trezentas) comunidades espalhadas por 24 estados brasileiros.

Com a Constituição Federal de 1988, e o fato de as grandes mobilizações do movimento negro no País, o assunto quilombola passou a compor parte das políticas públicas brasileiras. No artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), p. 20, diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”.

Já a Declaração de Durban, África do Sul, elaborada na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada no ano de 2001, reconhece que os afrodescendentes das Américas são vítimas eminentes do racismo e da discriminação racial, com isso levantando certas questões dos direitos dessa população às suas terras ancestrais que é de direito. Esta declaração foi a base para a criação, no Brasil, da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída pelo Decreto 4886/2003, que contém programas de políticas públicas voltadas para a igualdade racial e ao

combate à discriminação étnica, entre estes programa estava o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que atuava no apoio às comunidades quilombolas, por meio de ações de regularização da posse da terra, infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social, controle e participação social.

Vale lembrar que o Decreto 4887/2003, concedeu aos quilombolas o direito à auto atribuição como único critério para identificação das suas comunidades, fundamentando-se na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais, regulamentando o procedimento da regularização fundiária:

São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

No que diz respeito ao âmbito de diversidade étnico-racial há de se reconhecer que no Brasil Rural escravocrata existiu um marcador antropológico que é a presença fortemente de mão de obra africana na estruturação e construção do sistema agroalimentar nacional, que perdurou por quase quatro séculos durante o Brasil Colônia de Portugal.

Fazer este destaque é necessário, não por óbvio que é, e sim para afirmar e reconhecer que o Brasil agroexportador se assentou sob a força de trabalho da diáspora africana. Neste sentido as comunidades negras e quilombolas no meio rural, são por assim dizer, bem mais do que comunidades afrodescendentes, elas são também o embrião a partir do qual se desenvolveu a agricultura familiar do País. (MIRANDA, 2017, p. 2).

No Rio Grande do Sul há atualmente 127 Comunidades Quilombolas Certificadas, distribuídas em 68 municípios. Vale ressaltar que o senso demográfico oficial não pesquise a auto identificação “quilombola” por decisão executiva do órgão (IBGE), a Fundação Cultural Palmares (FCP) informa que no Estado existem mais de 3.700 famílias mas reconhece, que este número pode ser muito superior, visto que a informação na base de dados da Fundação não tem como objetivo levantar o número total de famílias, mas sim levando em conta a declaração do agente quilombola ou da Presidência da Associação Comunitária que requer a certificação, devido disso que esse número pode chegar ao um montante superior a 5.000 (cinco mil) famílias. E somando-se as comunidades que ainda estão em processo de certificação e as que estão identificadas, este número sobe para 182 comunidades situadas em 92 municípios.

3.6.3 Indígenas

No Brasil existe uma grande diversidade de povos indígenas, segundo estimativas quando os europeus chegaram em terras Tupiniquins, existiam cerca de 1.000 povos ou segundo alguns pesquisadores, esse número pode ser muito superior, e a soma destes povos poderia ser entre 2 e 4 milhões de pessoas. Mas o cenário atual encontra-se com cerca de 255 aproximadamente, e 150 línguas de diferentes dialetos no território brasileiro.

Segundo o Censo IBGE (2010), os povos indígenas somam cerca de 900 mil pessoas, destes entre de 325 mil vivem em cidades e 570 mil em áreas rurais, ou seja, esse número corresponde aproximadamente a 0,40% da população total do país. Sendo que a maior parte dessa população se encontra em aldeias, localizadas no interior de 721 Terras Indígenas, percorrendo de norte a sul do território Brasileiro.

Os povos indígenas no Brasil possuem algumas características que são bem definidas, pois nestas terras as colonizadas por portugueses, se estabeleceram e começaram a desbravar, “atrás do desenvolvimento”, mas os fatos é que por aqui havia populações humanas que ocupavam todo este território específico; e todas as américas, também não se pode saber com exatidão de onde vieram; por tanto se diz que são "originárias" ou "nativas" porque já estavam por aqui antes mesma da ocupação europeia; cabe ressaltar que certos grupos de pessoas nativas que vivem atualmente no território brasileiro estão histórica e geneticamente ligados ao primeiros povos.

Os índios ou nativos que vivem hoje no Brasil possuem uma vasta e longa história, que podemos dizer que se iniciou ao se diferenciar da civilização ocidental ainda na chamada "pré-história" (existiam certos fluxos migratórios do ocidente "Velho Mundo" para as Américas que ocorreram há dezenas de milhares de anos, podemos citar a as incursões Vikings), mas somente há 500 anos com a chegada dos portugueses é a história dos “nativos”, que voltou a ser aproximada do nosso “mundo moderno”. Todo grupo humano, isso inclui os povos indígenas, possuem culturas resultantes em histórias de relações que ocorrem entre os homens e o meio ambiente; ou seja, sendo história, esta foi e continuará sendo profundamente alterada pela realidade da própria colonização. Vale ressaltar que não se pode condicionar os termos “povos indígenas do Brasil”, mas sim “povos indígenas no

Brasil”, pois a divisão do território, no caso em países tais como Brasil, Venezuela, Bolívia, Argentina, não condiz, necessariamente, com a ocupação indígena do espaço em questão; e que em muitos casos, os povos que hoje residem em uma região fronteiriça, já ocupavam áreas antes da criação das divisões entre os países.

Para Castro (2005):

Índio é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por ela como tal.

Comunidade indígena é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas.

Durante uma época que se perdurou entre os séculos XVII e XVIII, no noroeste do território onde atualmente está situado o Rio Grande do Sul, havia habitantes originários guaranis e os padres jesuítas da Companhia de Jesus, que neste momento da história representantes da coroa espanhola no “Novo Mundo”, ou seja, na América, foram os principais atores na experiência missioneira da platina.

Para Meliá (1986):

As Missões conforme, corresponderam, sob o ponto de vista da integração colonial dos territórios e de seus habitantes, ao aproveitamento do modo de ser dos habitantes originários guaranis aos objetivos coloniais de catequização/cristianização, através da construção das Reduções e, posteriormente, das Missões.

Ao longo da história Trinta Povos das Missões foram fundados o que na época era a da Província Jesuítica do Paraguai, que abrangia o correspondente aos territórios atuais do noroeste do Rio Grande do Sul e parte do Paraná, Argentina e Paraguai. Já no Rio Grande do Sul, a fundação e construção das Missões Jesuítas pode ser pensada em dois momentos distintos:

Inicia-se com a fundação de São Nicolau do Piratini pelo Pe. Roque Gonzáles, no ano de 1626, e que perdura até o ano 1640 com a destruição dos povoados devido a atuação dos bandeirantes portugueses representando os interesses da Coroa Portuguesa.

O segundo momento entre os anos de 1682-1756, que corresponde à construção dos Sete Povos das Missões: São Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Lourenço Mártir, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo.

Com relação ao segundo momento pode ser indicado no contexto dos Trinta Povos, como marco da expansão das fronteiras da coroa espanhola em oposição à atuação lusitana. Tal contexto se modifica com a desestruturação dos Povos das Missões em virtude da Guerra Guaranítica (1754-1756).

Para Quevedo (2000, p.16):

Os guaranis missioneiros lutaram contra os exércitos unidos das duas coroas, se opondo à troca acordada entre as mesmas, no Tratado de Madri (1750), da Colônia do Santíssimo Sacramento, pertencente a Portugal, pelos Sete Povos das Missões, possessão da Espanha.

No estado do RS a maioria dos habitantes não conhece ou não reconhece que as comunidades indígenas façam parte da sociedade regional. Pois existe uma ideia errônea de que os índios verdadeiros habitam apenas o norte do Brasil ou as florestas do interior da América do Sul. Esta ideia é observada quando alguém encontra um índio por aqui, de imediato pressupõe que ele seja estrangeiro ou oriundo da Amazônia; mas quando descobre efetivamente que ele vive no Rio Grande do Sul, neste momento passa a dizer que ele não é mais índio.

Segundo Souza (2009): “Os índios do RS são rotulados como miseráveis como se suas aldeias fossem apenas restos degradados de um capítulo de nosso glorioso passado regional”.

Observa-se a presença de indígenas circulando por cidades (como Porto Alegre, Caxias do Sul, São Leopoldo, Santa Maria, Pelotas e em outras tantas) ou se acompanharmos na beira das rodovias pode ser facilmente percebida como algo recente e de certa forma oportunista, como se os referidos indígenas estivessem chegando a pouco no Rio Grande do Sul, ou até mesmo como se tivessem saídos de florestas distantes apenas atraídos pelos benefícios assistenciais e pela proteção tutelar do indigeníssimo promovido pelo Estado Nacional brasileiro.

Essas grandes distorções ideológicas descrevem certos preconceitos culturais que estão enraizados na nossa estrutura de classes sociais, estereótipos incorporados nas instituições gaúchas ao longo dos séculos de nossa história. Pode se afirmar que não é a ausência de grupos indígenas o que surpreende no Rio Grande do Sul, na realidade a grande surpresa é a falta de reconhecimento sobre a importante existência que marcou o passado e existe até os dias atuais. Essa falta de preparo intelectual para reconhecer que os índios são legítimos agentes

contemporâneos, nada mais é que fruto daquilo que se aprende nas escolas, onde se moldam as crianças e jovens a partir da versão da história oficial dos gaúchos, que é reconhecida como positivista, ou seja, que destaca apenas uma lista fixa de nomes de famílias, abastados e ilustres, de militares ou de políticos importantes.

3.6.3 Pescadores Artesanais

A pesca artesanal é fortemente caracterizada por possuir uma produção de baixa escala, mas nem por isso ela não representa uma importante atividade econômica e social para as comunidades ribeirinhas residentes ao longo da costa brasileira e em torno de represas e lagos e lagoas. Outra característica marcante é o baixo investimento em capital, que possui foco na utilização do pescado para a própria subsistência ou venda em pequenas escalas para os mercados locais.

A pesca artesanal é uma atividade econômica que é bem difundida pelo mundo, que representa grande importância tanto econômica como social para as nações em desenvolvimento. Ela é exercida majoritariamente por produtores autônomos, que se utilizam de técnicas tradicionais de pesca e pequenas embarcações de baixo custo, mas esta prática infelizmente representa uma baixa liquidez, ou seja, traz um rendimento consideravelmente baixo em termos monetários, porém ela assegura a subsistência a alimentar de milhares de famílias e com isso contribuindo na erradicação da pobreza neste segmento da sociedade.

Embora a pesca artesanal seja realizada em pequena escala, ela é responsável pela metade de todo o pescado consumido pela população mundial, e possui 25 vezes mais trabalhadores do que a pesca industrial, isso corresponde a aproximadamente 12 milhões de trabalhadores. Podem ser citadas algumas técnicas que são utilizadas com frequência nesta atividade como a pesca de linha e anzol, que reduz a captura acidental e de juvenis, com isso auxiliando na manutenção das populações de peixes; tem também a prática de redes de cerco, lançadas por barcos em volta de cardumes com intuito de encurralá-los com isso facilitando a retirada dos peixes das águas; tem também os famosos “espinhéis”, que são formados por uma linha principal disposta horizontalmente na água, e outras linhas secundárias presas verticalmente a intervalos regulares, com anzóis em suas terminações.

No Brasil a pesca artesanal é influenciada por muitos fatores sociais, econômicos, políticos e também ambientais. De acordo com dados do extinto Ministério da Pesca, no Brasil existem mais de 1 milhão de pescadores artesanais credenciados pelo Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), que regulamenta as práticas exercidas por estes profissionais, tratando de seus deveres e benefícios. Esta licença possui diversas vantagens, mas a principal é o acesso a programas sociais do governo federal, como a compra de combustível para embarcação a preços menores – programa de subvenção econômica ao óleo Diesel, e o recebimento de Seguro-Defeso, benefício pago durante o período em que a pesca fica suspensa para a reprodução das espécies. Além destes benefícios, pescadores registrados também tem acesso a cursos profissionalizantes do Pronatec - Pesca e Aquicultura, aprimorando técnicas e aprendendo a agregar valor ao produto, e a programas educacionais como o Programa Pescando Letras e o Programa Brasil Alfabetizado, isto até meado de 2016.

A atividade pesqueira no RS representa vários corpos de água, como os rios, lagos, lagoas costeiras, lagos artificiais e uma faixa marinha que percorre mais de 620 km de litoral; estes recursos hídricos proporcionam e a manutenção de populações ribeirinhas que possuem a pesca como principal fonte econômica, pois esta é uma das práticas mais tradicionais do homem ao longo de sua história (GARCEZ, 2001), mas não é só isso o que se resume a principal atividade econômica, pois podemos destacar a utilização destes corpos de água no ramo recreação, navegação, transporte, desenvolvimento de atividades industriais e turísticas.

A costa do estado corresponde a aproximadamente 9% do litoral brasileiro e constitui notável plataforma continental, caracterizada por seus fundos de areia ou lama, raramente interrompidos por rochas, oferecendo condições apropriadas ao desenvolvimento da pesca, de caráter industrial, de arrasto das espécies demersais. (BARCELLOS, 1966).

4 A EMATER-ASCAR ENTIDADE OFICIAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RS

4.1 O Processo de Formação e Gestão da Ascar e Emater/RS

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) é uma entidade de fins filantrópicos e reconhecida como de utilidade pública pela União e pelo Estado, com sede na Rua Botafogo, 1051, na Capital Gaúcha Porto Alegre, com presença em quase todo o território gaúcho. Foi criada em 2 de junho de 1955, tendo seus Estatutos inscritos, a 21 daquele mesmo mês e ano, às fls. 113 do Livro 4, sob o nº. 1635, no Registro das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre. Segundo o que consta registros.

No dia 02 de junho de 1955, pela manhã, reuniram-se na sala de reuniões da Associação Comercial de Porto Alegre, no 6º andar do Palácio do Comércio, os senhores doutor A.R. de Oliveira Motta Filho, diretor brasileiro do Escritório Técnico da Agricultura, doutor Affonso Mibielli, representante do exmo. Senhor Ministro da Agricultura, doutor Áureo Elias, representante do exmo. Senhor Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, doutor Mário Antunes, diretor do Banco do Rio Grande do Sul e representante do presidente do Sindicato de Bancos do Estado do Rio Grande do Sul, senhor Kurt Weissheimer, diretor superintendente do Banco Agrícola-Mercantil S.A, doutor Oscar Daudt Filho, representante do Presidente da Federação das Associações Comerciais, digo, Rurais do Rio Grande do Sul, senhor Affonso Paulo Feijó, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, senhor Herbert Renner, representante do presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, doutor Paulo Simões Pires, representante do Presidente Centro Cívico e Social da Produção do Rio Grande do Sul, e ainda os senhores José de Abreu Fraga, secretário geral da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, Mário Fonseca, comerciante nesta Capital e doutor Wilmar Feix, advogado, com o objetivo de fundar a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR -, depois de várias reuniões preliminares realizadas nesse sentido, que contaram sempre com a presença de representantes das diversas entidades interessadas na criação de tal organização uma associação que visasse o desenvolvimento da agricultura e o bem-estar das populações rurais, através do crédito supervisionado ao pequeno agricultor e criador, e da assistência aos mesmos e às suas famílias, cujo anteprojeto de estatutos fora amplamente discutido em reuniões anteriores e se encontrava em mãos de cada um dos presentes, assim como nas de todas as entidades interessadas na fundação da associação. A seguir lembrou à Casa que, não obstante ter sido o anteprojeto – transformado, agora, em projeto – já amplamente debatido, punha-o igualmente em discussão, a fim de que os presentes sugerissem e votassem as emendas ainda julgadas necessárias. A Ascar é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem intuítos de lucro. Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR, Ata n. 1 de Fundação da Ascar, 1955. Livro n. 1. p. 1-4. Capa dura, em

tecido marrom, número 1 vermelho em papel adesivo; livro nº 1, anotado com caneta azul, carimbo da Ascar). Documento arquivístico institucional.

De acordo com a Lei Federal nº 6126, de 06 de novembro de 1974, o Poder Executivo foi autorizado a instituir a Embrater, o que veio a ocorrer, posteriormente, nas formas do Decreto Federal nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, publicado no Diário Oficial de 17 do mesmo mês e ano e retificado no de 04 de março subsequente, ficando:

Art. 6º - Mantidas todas as atividades de natureza técnica, administrativa, regulamentar e regimental, bem como os contratos, convênios e ajustes celebrados pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), até que a Embrater decidisse ou propusesse o prosseguimento, a extinção ou resolução dos respectivos atos e obrigações.

De acordo com Estatutos da Embrater, aprovados pelo art.2º do Decreto nº 75.373, acima citado declaram:

Art. 31 - Independentemente do disposto no artigo 6º destes Estatutos, e enquanto não forem criadas Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelos Governos das respectivas Unidades da Federação, a Embrater poderá prestar apoio técnico e financeiro às Associações de Crédito e Assistência Rural, integrantes do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, inclusive mediante transferência de recursos oriundos do Orçamento da União, destinados à execução de atividades de assistência técnica e extensão rural.

O Estado do Rio Grande do Sul, dentro do tempo hábil, tomou as providências iniciais necessárias para a criação da sua empresa, por tanto encaminhou à apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa, com o ofício GG/SAJL 258, de 27 de novembro de 1975, o projeto de lei autorizando-o a levá-la a efeito, o qual tomou o nº 116/75 e entrou na Pauta nº 155, de 1º de dezembro de 1975, mas a Assembleia Legislativa rejeitou o Projeto de origem do Poder Executivo, que por sua vez apresentou um substitutivo ao mesmo, propondo a criação, não de uma empresa pública, mas de uma autarquia, com a denominação de Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Later) foi aprovada pela maioria. Como não concordou com esse substitutivo, o Governador do Estado decidiu vetá-lo, com isso devolveu ao Legislativo, onde não encontrou quórum para a rejeição do veto.

Agora rejeitado, pelo Poder Executivo, o substitutivo do Legislativo e enfrentando impasse criado sobre esse assunto, os associados integrantes da Ascar

se mobilizaram, e diante dos fatos optaram, imediatamente, pela criação da Emater/RS, sob a forma de sociedade civil (associação civil), com personalidade jurídica de direito privado, sem intuito de lucros, observando em sua composição, a participação de todos os segmentos envolvidos com as questões da produção primária do Estado.

O estado gaúcho tornava uma execução a essa tendência, e através desta decisão que se reuniram os representantes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul (dispensada a autorização legislativa, então desnecessária, pois tal exigência só passou a ser feita a partir da Constituição Federal de 1988), como consta na ata de fundação:

Foi criada no dia 14 de março do ano de 1977, junto à Avenida Borges de Medeiros, nº 541, sede da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul, reuniram-se os senhores Iber Silvestre Benvegnú, Presidente da Farsul, Getúlio Marcantônio, Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Cleber Vieira Canabarro Lucas, representando o Ministério da Agricultura, Renato Simplicio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater, Octávio Adriano Klafke, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul – Fetag, e Seno Dreyer, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, para tratar da fundação de uma sociedade destinada a executar, de forma integrada, atividades de assistência técnica e extensão rural em todo o Rio Grande do Sul, colaborando, desta forma, com os poderes públicos e o setor privado, a fim de, unindo esforços, acelerar o processo de desenvolvimento do setor agropecuário, nesta reunião foi criada a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica E Extensão Rural - Emater/RS que é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. A Emater/RS integra o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), nos termos do Decreto nº 75373, de 14 de fevereiro de 1975, mediante instrumento próprio celebrado entre esta e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). (Emater, Rio Grande do Sul. Conselho Técnico Administrativo. Ata de fundação, 1977, p. 2-11. Livro extra Emater/RS Conselho Técnico Administrativo – Cta Atas de Reuniões Plenárias Livro nº 1).

Foi autorizado, pela Junta Administrativa por meio da Resolução nº 47, de 15 de julho de 1977, o processamento da incorporação da Ascar à Emater/RS, cabia a esta última assumir, incondicionalmente, o ativo e o passivo da primeira, bem como receber pela sub-rogação dos respectivos contratos, os seus recursos humanos, além do respectivo acervo físico, técnico e administrativo.

Esse procedimento, contudo, não teve uma longa duração, pois quando foi melhor analisada esta situação, ficou evidenciada que o prosseguimento da mesma determinaria, um inevitável e profundo prejuízo financeiro à organização, pois antes

Ascar possuía certas vantagens e prerrogativas, que não possuíam possibilidade da nova entidade vir a obtê-las para si.

A Junta Administrativa não demorou para constatar essa situação e então decidiu, através da sua Resolução Deliberativa nº 51, de 18 de dezembro de 1980, suspender o processo de liquidação da Ascar e estabelecer um Protocolo de Operacionalização Conjunta com a nova entidade a Emater/RS, assim, articulando as atividades das duas entidades, sem alteração da constituição básica de qualquer delas, que passariam a desenvolver suas atividades de forma solidária e justaposta, mediante um gerenciamento comum, porém remunerado por uma só das suas partes, ou seja, pelos recursos financeiros repassados à Emater/RS.

Pode-se dizer que a principal razão pela qual foi decidida a manutenção do *status quo*, preservando a existência da Ascar, juntamente com a Emater/RS, que se propunha a incorporá-la, residiu no fato da última não ter condições de obter, para si, seja de que forma fosse, as mesmas prerrogativas, vantagens e isenções conferidas à primeira, em razão das mesmas constituírem direitos adquiridos pela primeira e garantidos enquanto ela implementasse as exigências legais, pertinentes à espécie, baseadas nas quais lhe foram reconhecidas, sem a faculdade, porém, de transferi-los a outra entidade, embora esta se propusesse a incorporar e a suceder a beneficiada executando nas mesmas condições a finalidade estatutária assistencial que é comum a ambas entidades (AL/RS, 2011).

Como praticamente não existe um embasamento legal, e após muitos análises e obtenções de vários pareceres especializados no assunto, a solução mais coerente e próxima encontrada foi a manutenção das duas entidades, mas dividindo-se entre elas, as atribuições do todo, condicionado pelo Protocolo de Operacionalização Conjunta, assim sendo a Emater/RS ficou incumbida pela execução das medidas relacionadas à persecução dos objetivos programáticos, para os quais ambas foram criadas, e a Ascar ficou atribuída a responsabilidade pela gestão do pessoal, disponibilizados ao serviço comum, inclusive pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outras despesas correlatas.

Sendo, uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, as os indivíduos que exercem a Administração Superior da Ascar não possuem relações de emprego com a mesma, pois todas são investidas em seus cargos, e não possuem nenhuma remuneração por isso; mediante eleição procedida pelo Conselho Administrativo, antiga Junta Administrativa - JAd.

Com relação à Administração contratada, que exerce a função executiva, a mesma é composta de um Superintendente-Geral, um Superintendente Administrativo e um Superintendente Técnico, assim constituindo a Superintendência Executiva, com subordinação administrativa e técnica ao comando da Presidência do Conselho Administrativo, atuando no cumprimento dos projetos e das deliberações aprovadas pelos órgãos superiores normativos deliberativos.

A condição única, das duas instituições no cenário estadual, que tem ocasionado equivocadas consequências e interpretações, decorrente à circunstância que objetiva evitar a superposição de esforços e a otimização de recursos escassos para o desenvolvimento das atividades assistenciais.

Seus administradores praticam atos de gestão típicos e caracterizadores de entidades com personalidade jurídica de direito privado, estes atos de gestão de uma Associação são privativos daquelas pessoas que o seu Estatuto autoriza, ou seja, número fixo que determina a quantidade de pessoas que podem ser aceitas.

Vale ressaltar no que se refere ao resultado das atividades finais que são formalizadas via convênio com os entes públicos, ambas as entidades não estão sujeitas ao controle estatal, à vista de seus estatutos bem como pelo fato de não integrarem, sob forma alguma, a estrutura da ALRS (2011).

4.2 Finalidades Estatutárias

Conforme o art. 3º do Estatuto Social da Ascar são as seguintes as finalidades desta instituição:

- a) Promover ações de assistência educacional na área de saúde, saneamento, economia doméstica, dirigidas às famílias, à infância, à adolescência e a velhice;
- b) Promover a integração das famílias em vulnerabilidade social da área rural ao mercado de trabalho e ao mercado de produtos por elas produzidos;
- c) Orientar as famílias sobre o uso racional dos recursos naturais, possibilitando melhorias em suas condições de vida, sem que isso determine danos ao meio ambiente.

4.3 Objetivos da Entidade

A Ascar tem como objetivo contribuir gratuitamente para o desenvolvimento econômico e social do meio rural do Rio Grande do Sul como entidade de assessoramento e garantia de direitos, prioritariamente com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais.

Para atingir seus objetivos, a entidade desenvolve ações socioassistenciais em todo o estado do Rio Grande do Sul.

As ações socioassistenciais visam ao fortalecimento, autonomia e o protagonismo dos usuários e grupos sociais, bem como o fortalecimento e a inserção no mundo do trabalho, por meio da identificação de potencialidades, ações de inclusão social e produtiva em âmbito local e articulação com demais políticas públicas.

No desenvolvimento de todas as ações, bem como na oferta de serviços, a entidade tem como foco principal a centralidade nas famílias do meio rural, identificação das vulnerabilidades e potencialidades dos usuários de cada região, tendo como parâmetros as vulnerabilidades e riscos sociais existentes nos territórios.

A Ascar vem sendo o principal executor da Extensão Rural oficial e da Classificação dos Produtos de Origem Vegetal no Estado do Rio Grande do Sul, os governos federal, estadual e municipais são os que se incumbem desta função. Com relação à extensão Rural, cuja missão básica é participar no processo de desenvolvimento rural, por meio de uma metodologia de educação não formal participativo e de organização da população rural. Contudo atua, priorizando, os pequenos e médios produtores rurais e suas famílias, levando em conta sua realidade, visando como à elevação do nível socioeconômico, cultural, político, tecnológico com ênfase à preservação do meio em que vive. No tocante a classificação de produtos vegetais, atendendo a legislação federal, beneficia tanto o produtor como o consumidor, regulamentando os estoques e transações comerciais.

A Ascar também é responsável em promover o desenvolvimento do meio rural através de ações educativas, junto às comunidades do interior e cidade, por meio de encontros e demonstrações de métodos junto ao público beneficiário.

4.4 Público Beneficiário

Os serviços de ATERS são prestados diretamente as famílias de agricultores e pecuaristas familiares, empregadores familiares, médios produtores, povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), assentados, aquícultores e pescadores profissionais e artesanais, agricultores urbanos e suas organizações.

4.5 Forma de custeio da Emater

O custo operacional anual da Emater/RS–Ascar em 2018 foi de aproximadamente de R\$ 280 milhões, deste valor conta com um orçamento na monta de R\$ 180 milhões oriundos de convênio firmado com o estado do RS, o restante e captado por intermédios dos convênios com as prefeituras municipais e programas federais.

Os recursos financeiros alocados para realização das ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos para promover a inclusão social e produtiva das famílias provém de convênios com Prefeituras Municipais, contratos de trabalho com o Governo do Estado do RS e com o Governo Federal, através de convênio que renovando anualmente. Por meio deste convênio firmado entre município e Estado é que se mantém parte dos custos operacionais dos escritórios municipais. O valor do convênio é limitado pela quantidade de funcionários que atuam no município, pois cada funcionário de campo corresponde a uma cota e os funcionários administrativos a meia cota. Exemplo. “Em um escritório municipal que trabalham dois extencionistas sociais e dois extencionistas rurais e um Assistente Administrativo, o convenio é firmado sobre quatro cotas e meia, no valor atual de cada cota.” (AUTOR, 2019).

A Emater obtém recursos próprios advindos da Classificação de Produtos de Origem Vegetal, os quais são revertidos na oferta de serviços socioassistenciais aos usuários dos serviços que a entidade oferta, tendo em vista que a Emater é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos.

5 A METODOLOGIA DE EXTENSÃO RURAL ADOTADA PELA EMATER/RS – ASCAR E SUA IMPORTÂNCIA PARA O RS

A principal missão da instituição de extensão rural é formar certas situações nas quais as pessoas possam se desenvolver no âmbito educacional e principalmente como cidadãos. Tal desenvolvimento nada mais é que um processo vigente por parte de quem é beneficiário, sendo assim, é necessário que o público atendido possua interesse pelo que está sendo oferecido, focando seu psicológico, esforço físico e envolvimento (BIASI, 1986).

Os indivíduos aprendem, ganham consciência e acham melhor a sua própria direção, mas cada um por caminhos de diferentes modos, ou seja, uns ouvindo, outros enxergando, já alguns realizando com as próprias mãos e outros através das discussões. Por mais que existam diferentes métodos de ensino e extensão, cada um é mais efetivo em determinadas situações, em estágios distintos do processo de desenvolvimento, podemos citar o diagnóstico, priorização, planejamento, execução, adoção ou avaliação. Vale lembrar, que indivíduos não aprendem com a mesma velocidade. Se aplicarmos essa metodologia é possível que alguns agricultores ou agricultoras que se encontram em determinado nível de experiência de uma nova prática estão querendo conhecer os detalhes de como fazê-la, por outro lado existirão outros que estão apenas iniciando o interesse. Por estes motivos que em determinadas situações, o uso de uma forma de métodos de ensino é mais eficaz que outros.

Faz parte da rotina do extensionista rural avaliar qual a melhor forma/método de trabalho, de acordo com os objetivos pré-estabelecidos e levando em conta a realidade local. Em suma os métodos mais complexos, tanto os clássicos como participativos, são os que levam aos resultados mais satisfatórios. Não podemos esquecer que, às vezes, são os métodos mais simples que produzem os melhores resultados. Portanto, cabe ao técnico analisar o público, seus objetivos, recursos disponíveis, e o tipo de mensagem, os métodos e com essa análise decidir pela melhor ou mais adequada metodologia a ser utilizada. Isso nos leva a constatar uma significativa diversidade de métodos existentes. Há meios de comunicação que possibilitam a concretização dos resultados da forma mais veloz e correta.

5.1 Métodos Individuais na extensão Rural – Conceito e Considerações

Esses métodos são aqueles que possuem o objetivo de atender as pessoas individualmente. São métodos individuais, que embora sejam de menor abrangência, são de suma importância para o extensionista pois através disso que se pode conhecer e com isso adquirir confiança da comunidade, que poderá ganhar dos líderes e do público rural, além de ser de grande eficiência no aprendizado.

Citam-se os principais métodos individuais que Emater/RS–Ascar pratica:

Visita: Este é um dos métodos mais importante da extensão, é o que fornece um meio de comunicação pessoal entre a família rural e o extensionista, cujo ambiente é onde eles podem discutir assuntos e trocar informações em privacidade, sem distrações e interrupções, que podem comprometer o objetivo do extensionista. A visita quase sempre envolve uma ação planejada, visando à execução da programação do trabalho de ATER.

Contato: Este é um exemplo de método não planejado, que ocorre em situações imprevistas que pode ser em diferentes locais, seja na sede, no escritório ou no campo, em que o técnico troca informações e esclarecimentos com o público relacionado ao trabalho de ATER. Podemos destacar que o público atingido nos contatos é bastante diversificado, podendo ser formado de pessoas ligadas diretamente, ou indiretamente, ao plano de trabalho dependendo da época do ano. Cabe ressaltar que esse método é o menos oneroso, pois demanda de pouco tempo e o técnico não precisa se deslocar, mas por outro lado existe um fator que causa certo constrangimento por parte do agricultor por se sentir menos confortável, uma vez que a visita é feita em sua propriedade.

Mas nem por isso não quer dizer que se tenha menos trabalho por parte do profissional, pois um registro cuidadoso do atendimento do escritório fornece uma base para o seguimento da atividade de extensão. Outra forma é o contato num atendimento ao telefone serve a um propósito semelhante ao atendimento do escritório. Lembrando que o contato face a face esteja impossibilitado, os telefonemas têm a vantagem de poderem ser iniciados pelo agricultor ou pelo extensionista.

Entrevista: Este é um método realizado em diversos lugares tais como escritório, sede e campo, propriedade, em que o extensionista tem como objetivo

conhecer situações e fatos, identificar problemas, e avaliar o trabalho. Deve ser planejada com todo o cuidado e bem conduzida.

Entrevistas semiestruturadas: É um método realizado em forma de entrevista que é guiada por 10 a 15 perguntas-chave determinadas previamente. Esta ferramenta facilita um ambiente aberto de diálogo e permite que a pessoa entrevistada se expresse livremente, sem as limitações criadas por um questionamento. A entrevista semiestruturada pode ser realizada com pessoas líderes ou de prestígio nas localidades.

5.2 Métodos Grupais – conceito e considerações

Estes são métodos que almejam atingir certos grupos de pessoas, com isso proporcionando a troca de ideias entre os extencionistas e o público alvo. A grande vantagem dos métodos grupais é poder atingir, de uma única vez, um número maior de indivíduos. São especialmente efetivos no avanço dos agricultores em estágio inicial de interesse para o estágio de teste/exame de determinada tecnologia ou orientação. Os métodos grupais possibilitam a troca de experiências e são os que proporcionam menores custos operacionais, e que possibilitam a descoberta de lideranças comunitárias, a organização dos produtores e o desenvolvimento das pessoas, através de discussões, demonstrações e informações que são necessários para esse método ser efetivo. Podemos destacar alguns métodos grupais que surtem efeito que a Emater utiliza, massivamente.

Reuniões: Este é um método de trabalho planejado, que é realizado junto com um público que possui interesses e objetivos em comuns, onde a principal finalidade seja introduzir ou melhorar técnicas; não podendo esquecer de transmitir informações a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; o planejamento do trabalho, também tem importância; também proporciona a troca de conhecimento e experiências; promove a organização comunitária; e/ou motivar o público a ser trabalhado.

Demonstração de Técnica ou de Método: A Demonstração de Técnica ou de Método promove o desenvolvimento correto de uma técnica conhecida e comprovada pela pesquisa, dado em forma objetiva pelo agente de extensão ou técnico especialmente preparado, para um grupo de pessoas, com a finalidade de

desenvolver destrezas e habilidades, procurando que os beneficiários de ação “aprendam a fazer fazendo”.

Conferência: Esta é uma reunião planejada, formal, com periodicidade prevista, no qual, em uma única sessão, um conferencista apresenta um tema específico a um público com interesses comuns.

Convenção ou Encontro: É uma reunião que envolve um grupo grande de pessoas, que se reúne para discutir problemas de interesse em comuns, utilizando combinações de outros métodos, como palestra, fórum e painel durante um ou mais dias. Ele é utilizado para explorar ou tentar soluções para um problema ou decidir sobre uma linha de ação.

Fórum: É um método em que um especialista disserta sobre um assunto previamente determinado, seguido por discussão, onde os presentes podem participar. Ele é comumente utilizado quando se tem um problema, que deve ser explorado pela audiência, ou para atualização dos informes e análises recentes, interpretações de fatos e esclarecimentos a respeito de pontos de controvérsia.

Painel: É um método em que 4 a 8 pessoas, conhecedoras de um assunto, discutem informalmente, sob a direção de um coordenador, diante de um auditório, apresentando seus pontos de vista. O painel ajuda a audiência a analisar os diversos aspectos de um problema, pois os painelistas normalmente são profundos conhecedores do tema em debate, e costumam apresentar pontos de vista antagônicos. O painel não tem como fim chegar à solução para o assunto, embora possa levar a conclusões que conduzam a uma solução.

Palestra ou Preleção: É um método em que o orador disserta sobre um assunto cuidadosamente elaborado e previamente determinado, perante um grupo de pessoas. A palestra é utilizada para apresentar informações, de modo a esclarecer pontos de controvérsia, informar e analisar fatos, explorar facetas de um problema.

Seminário: Seminário é um método planejado de aprendizagem ativa, em que um grupo de pessoas se reúne em sessões previamente programadas, para estudar um tema de interesse comum, em busca de solução de problemas, sob a direção de um coordenador. Usa-se para possibilitar o aprofundamento das discussões em torno do problema e alcançar maior objetividade nas conclusões. Pode-se dividir o tema do seminário em partes ou subtemas.

5.3 Técnicas de Dinamização de Grupos – conceito e considerações

O método de dinâmica de grupos nada mais é que uma técnica que utiliza como objetivo o “aprender a aprender”, com isso quebrando paradigmas e alterando certos conceitos enraizados, contudo permitindo ter novas percepções sobre a realidade que os cerca. São maneiras de levantar informações e recursos para solucionar problemas e estabelecer relações grupais visando o crescimento coletivo.

Tais técnicas de dinâmica de grupo formam momentos de dinamização da reunião e devem ser planejadas em detalhes. As principais técnicas de dinamização comumente utilizadas nos trabalhos de ATER, que são adotadas pela Emater/RS são:

Dramatização: Essa é uma técnica de dinâmica que possibilita aos participantes presenciarem e viverem uma situação artificial, por meio da representação de uma breve cena de relações humanas, despertando sua atenção para determinado assunto. É de planejamento fácil, mas exige habilidade para a sua aplicação.

Grupo de Cochichos: Esta dinâmica nada mais é que dividir dois a dois os participantes de um grupo grande, para debaterem um problema. É denominado de cochicho porque as pessoas conversam “baixinho”, é extremamente informal e fácil de ser aplicado, podendo ser utilizado com grupos de até 50 pessoas.

Grupo de Trabalho: Essa dinâmica é utilizada em determinados métodos, onde um pequeno número de indivíduos debate informalmente um assunto, definindo-se uma tarefa a ser cumprida.

Mesa Redonda: Mesa Redonda é um tipo de reunião em que todos debatem e participam em igualdade de condições. É uma discussão sem formalismo, nem preparação anterior.

Discussão Circular: A Discussão Circular possui elementos que são colocados em círculo, junto com o animador. Dá-se um minuto para cada um, sem apartes. O relator faz, no final, a síntese das ideias. Todos dão a sua participação.

Fracionamento ou Philips 66: Essa é uma dinâmica usada em reuniões, cujo processo consiste no fracionamento de um grupo grande em pequenos grupos para facilitar a discussão. Estes grupos são formados por seis pessoas que discutem um assunto durante seis minutos.

Tempestade de Ideias: Dinâmica essa, que visa a procura de estímulos a criatividade dos participantes para determinado assunto. Esta dinâmica procura captar as ideias expostas livremente pelos participantes, independente das mesmas serem aproveitáveis ou não para o tema em discussão.

Visualização Móvel: É uma técnica que dá visibilidade a um debate, apresentação de um tema, etc., e é móvel, por permitir o ordenamento das ideias, com extrema flexibilidade, possibilitando várias opções de disposição.

5.4 A importância da Extensão Rural realizada pela Emater/RS –Ascar

O estado do RS possui uma grande influência da Emater nas ações de ATERS, devido a isso que no ano de 2013 o então governador Tarso Genro sancionou a Lei 68/2013, que estabelece a política, institui o Programa e cria o Fundo Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Esta lei de ATERS foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa do RS (ALRS), no dia 14 de maio de 2013. Passados mais de 60 anos desde a sua criação, a Ascar é a única entidade com atuação com capilaridade e presença permanente em quase todos os municípios do Rio Grande do Sul, como as entidades congêneres nos demais Estados, realizando ações no campo do desenvolvimento rural, da agricultura e do bem-estar social. Este trabalho é integrado com os setores da educação, da saúde, do saneamento básico e do meio ambiente que vem envolvendo tantas ações diretas quanto importantes ações de apoio a iniciativas do poder público, que não poderiam ser realizadas no meio rural, se não fosse através das equipes municipais. Com isso a Emater/RS–Ascar através da extensão rural sempre buscou, juntamente com o aumento da produção e da produtividade rural, a solução dos problemas que afetavam diretamente as possibilidades de sobrevivência das populações vulneráveis, assim como seu ajustamento produtivo às condições econômicas, sociais e culturais emergentes.

Lembrando que a Extensão Rural e Social existe institucionalmente no RS desde a década de 50 (a Ascar foi criada em 2 de junho de 1955) e esteja prevista na Constituição Estadual de 1989, esta foi a primeira lei a tratar de forma clara e específica da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social. Esta lei possibilita ao

Estado contratar serviços complementares para fomentar políticas e projetos para públicos específicos, com isso integrando as políticas federais e estaduais, através do Plano Safra Estadual que é lançado todos os anos.

Como o RS, possui mais de 80 % de seus municípios com população inferior a 10 mil habitantes e sua principal atividade econômica é a rural, a Emater desempenha um forte desempenho entre o indivíduo do campo e poder público, pois através de ações e programas específicos como o Fome Zero e Gestão Sustentável que se pode conhecer e chegar em regiões remotas que muitas vezes nem mesmo o poder municipal conhece, devido a isso que o povo camponês possui uma grande identificação com essa entidade.

6 FORMA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROJETOS DA EMATER/RS - ASCAR

A Emater/RS–Ascar conta com mais de 2000 empregados, lotados em um Escritório Central, 10 Escritórios Regionais, 493 Escritórios Municipais e 44 Unidades de Classificação e Certificação de Produtos de Origem Vegetal e 10 Centros de Treinamento, prestando atendimento e orientação a 280.000 famílias.

Esta entidade é responsável pela coordenação, articulação e organização devida dos recursos, sendo assim esta entidade é a oficial do estado no que diz respeito à Assistência técnica e Extensão Rural, para os agricultores familiares, pecuaristas familiares e povos tradicionais que somam mais 300 mil famílias em todo o estado, trabalhando junto deste público com políticas públicas estaduais como Gestão Sustentável da Agricultura Familiar contando com 40 mil famílias de agricultores familiares.

6.1 Estrutura Operacional da Emater

A Emater/RS–Ascar, possui um escritório Central, onde se situa o gabinete da presidência, e as gerencias técnica e administrativa, bem como as áreas técnicas estaduais e sociais, jurídicas e de comunicação.

Além disso, a Emater conta com os seguintes Centros de Formação:

- Centro de Formação de Bom Progresso (CETREB)
- Centro de Formação de Canguçu (Cetac)
- Centro de Formação de Fazenda Souza, Caxias do Sul/RS (Cefas)
- Centro de Formação de Erechim (Cetre)
- Centro de Formação de Montenegro (Cetan)
- Centro de Formação de Não Me Toque (Cetren)
- Centro de Formação Nova Petrópolis (Cetanp)
- Centro de Formação de Teutônia (Certa)

Como todas as ações, a capacitação requer um vasto conhecimento, com temas específicos, neste caso com a extensão rural do Rio Grande do Sul, portanto a Emater/RS, viabiliza capacitações profissionais por meio de cursos em Centros de Treinamentos, estes cursos são ministrados com carga horária amplificada e intensiva. O processo de aprendizagem consiste em referencial teórico e prático. As

Unidades Didáticas (UDs) permitem o exercício do conteúdo do curso que reproduzem a atividade que está sendo estudada.

Existe um núcleo de Cooperativismo no Escritório Central e possui sete unidades espelhadas pelo estado que estão instaladas no município de Erechim, Frederico Westphalen, Ijuí, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Rosa. Cooperativismo advém de cooperativa.

O Programa de Extensão Cooperativa (PEC) executado pelas Unidades de Cooperativismo da Emater-RS/Ascar é parte integrante do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e, foi criado pelo Projeto de Lei nº 13.839/ 2011.

A Emater/RS através da Gerência de Classificação e Certificação (GCC) tem 40 unidades de classificação distribuídas por todo o estado do RS. Com grande experiência na prestação de serviços para determinar a qualidade de alimentos, ou seja, com serviços de análises físicas e físico-químicas, inspeções, auditorias e treinamentos. Com uma equipe multidisciplinar composta por engenheiros agrônomos e técnicos classificadores credenciados pelo MAPA, também está capacitada para ministrar cursos de Qualidade na Classificação de Grãos e Boas Práticas no Armazenamento de Grãos.

A Emater/RS–Ascar possui 495 escritórios municipais (EM's), divididos em 12 Escritórios Regionais (ESREG), sendo eles:

Bagé: Neste ESREG estão localizados os mais extensos territórios municipais do Estado, com isso existe uma baixa densidade demográfica no campo e grande percentual de população residindo nas cidades. Ao todo são 20 municípios (Aceguá, Alegrete, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Itacurubi, Itaqui, Lavras do Sul, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana) nos quais possuem cerca de 80% das propriedades rurais inferiores de 200 há, ou seja, correspondente a 20% da área total. A economia da Região é baseada na produção primária de carne, lã, leite e na cultura de cereais no caso a cultura do arroz. Existem outras alternativas produtivas como o plantio da soja e do sorgo, bem a fruticultura, a olericultura, a apicultura e a piscicultura também estão sendo trabalhadas e em franca expansão nos últimos anos.

O Escritório Regional de Bagé acompanha aproximadamente 12 mil famílias de agricultores familiares, 10 mil famílias de pecuaristas familiares, 03 mil famílias de agricultores assentados, 400 famílias de pescadores artesanais, 128 famílias quilombolas e 10 famílias indígenas, onde possui ênfase nas cadeias produtivas como Pecuária Familiar, Bovinocultura de Leite, Florestamento, Fruticultura, Reforma Agrária, Gestão Ambiental, Promoção Social.

Caxias do Sul: Este ESREG é formado por 49 municípios que pertencem a três Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) que são Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra. A Serra conta com dois centros de treinamento: o Centro Regional de Formação Profissional de Produtores de Nova Petrópolis (Cetanp) e o Centro de Formação de Agricultores de Fazenda Souza (Cefas), em Caxias do Sul, que todo ano capacitam centenas de pessoas em agroindústria, boas práticas de fabricação, qualidade do leite e plantas medicinais, entre outras áreas.

A região da Serra apresenta grande notoriedade na área da fruticultura, onde é responsável por mais da metade da produção estadual de frutas de mesa. Nesta área, destacam-se o cultivo de uva, pêssego, ameixa, maçã, caqui, laranja, bergamota, kiwi, figo, pera e pequenas frutas (morango, amora, framboesa e mirtilo).

A produção de olerícolas é muito variada, a mesma é destinada principalmente ao consumo integral, ou seja, in natura. Na região também são produzidas aproximadamente 40% das olerícolas do Estado, entre elas: alho, tomate, cenoura, cebola, beterraba, folhosas e batata. No setor dos grãos, o milho, a soja, o trigo e o feijão ocupam as maiores áreas.

A pecuária de corte está concentrada na região dos Campos de Cima da Serra e em parte do município de Caxias do Sul. O rebanho bovino situa-se em torno de 816 mil cabeças, o que equivale a aproximadamente 5,6 % do rebanho gaúcho (IBGE, 2011).

O ESREG de Caxias do Sul é composto pelos municípios de: André da Rocha, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Esmeralda, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guabiju, Guaporé, Ipê, Jaquirana, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Muitos Capões, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Francisco de Paula, São Jorge,

São José dos Ausentes, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Vacaria, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

O ESREG de Erechim abrange 32 municípios da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), cujo este está inserido no Corede Norte. A produção de grãos concentra-se sua maior área com o plantio da soja, milho e cevada. Na área de criação animal o maior fluxo econômico é obtido pelas atividades da suinocultura e bovinocultura leiteira em sua área de abrangência o Esreg Erechim conta com cerca de 12.200 agricultores trabalham com a produção de leite.

A produção de leite da região é de 800 mil de litros/dia, atingindo 24 milhões de litros/mês, com rendimento bruto de R\$ 20 milhões por mês, com receita bruta mensal por produtor de R\$ 1.630,00 (EMATER, SISPLAN 12/2017). Também estão entre as principais atividades a fruticultura, reflorestamento, avicultura, entre outras atividades da extensão rural. Na região do Alto Uruguai, são cultivados 2.830 hectares com laranja, 433 hectares com bergamota e 31 hectares com limão.

O ESREG de Erechim conta Centro de Treinamento de Agricultores (Cetre), localizado no município de Erechim, onde são ministrados os cursos de Bovinos de Leite, Panificação e Processamento de Farináceos, Secagem e Armazenamento de Grãos na Propriedade, Panificação e Processamento de Biscoitos e Bolachas, Processamento Artesanal de Bolos e Tortas, Boas Práticas de Fabricação e Citricultura e Gestão de Agroindústria. Nesta região se encontram os que possuem comunidades indígenas de caingangues e guarani que são os municípios de Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho. Charrua, Erebang. A Região tem uma topografia levemente ondulada com terras férteis e parte do planalto montanhosa, com topografia típica da encosta do Rio Uruguai.

Fazem parte do ESREG Erechim os seguintes Municípios: Aratiba, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charruá, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechin, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida e Viadutos.

O ESREG da Emater/RS-Ascar de Frederico Westphalen está situado na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, é formado por 42 municípios, distribuídos em dois Corede's (Médio Alto Uruguai, com 22 municípios, e Rio da

Várzea, com 20 municípios). Para facilitar o apoio aos municípios, o regional foi subdividido em quatro microrregiões administrativas (Rodeio Bonito, Nonoai, Sarandi e Palmeira das Missões). Na região administrativa de Frederico Westphalen, existe um Território da Cidadania com 34 municípios e está em implantação o Arranjo Produtivo Local (APL) com enfoque no processamento de produtos (agroindústria familiar).

A extensão territorial do regional é de 9.132,3 km², com uma população total, segundo dados do IBGE de 2010, de 278.947 habitantes, destes, 109.947 se encontram no meio rural, em 33.717 estabelecimentos rurais. Além dos agricultores familiares, o ESREG possui assentados e beneficiários do Programa de Crédito Fundiário, indígenas e pescadores artesanais.

As principais atividades agropecuárias da região são a bovinocultura de leite, suinocultura, cereais (trigo, soja, milho e feijão), citricultura e viticultura.

O escritório regional de Frederico Westphalen é formado pelos municípios de Alpestre, Ametista do Sul, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Chapada, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado Do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

A região administrativa do ESREG Ijuí, conta com 46 município que abrangem parcialmente três Coredes (Celeiro, Noroeste Colonial e Alto Jacuí), esta região possui uma Unidade Indígena, sediada em Tenente Portela; um escritório da Embrapa Pecuária Sul e uma Unidade de Cooperativismo (UCP), com sede no Escritório Regional de Ijuí; Unidades de Classificação e Certificação (UCC) nos municípios de Ijuí, Cruz Alta e Três Passos e dois centros de formação: o Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso (Cetreb) e o Centro de Treinamento de Agricultores de Não-Me-Toque (Cetaj), este administrado em parceria com a Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijal).

Na pecuária leiteira, uma pesquisa com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da própria Emater/RS-Ascar revela que 82% da produção gaúcha de leite vem de propriedades localizadas na metade Norte do Rio

Grande do Sul. Na liderança está a regional de Ijuí, com 723 milhões de litros produzidos ao ano. Na vice-liderança, aparece a região administrativa de Passo Fundo, com 654 milhões/litros/ano, seguida pela região de Santa Rosa, onde são produzidos 569 milhões litros/ano.

Esta região possui uma população que descende de portugueses, alemães, italianos e poloneses, mas também residem famílias afro-brasileiras, caboclas e indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Mbyá Guarani.

Um fato interessante é que o maior aldeamento indígena do Estado, se situam no ESREG de Ijuí, que se denomina a Terra Indígena do Guarita, com 23,4 mil hectares, foi demarcado em 1917, esta situada mais precisamente nos municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco, sendo este último, localizado no ESREG de Frederico Westphalen. Outros aldeamentos estão localizados nas cidades de São Valério do Sul e Salto do Jacuí região central do estado próximo a Usina Hidroelétrica Leonel de Moura Brizola.

Municípios da região de Ijuí: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapetta, Colorado, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Fortaleza dos Valos, Humaitá, Ibirubá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Lagoa dos Três Cantos, Miraguaí, Não-Me-Toque, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Quinze de Novembro, Redentora, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Selbach, Tapera, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

O ESREG de Lajeado é constituído pelos municípios integrantes dos Coredes dos vales do Taquari e Caí. A região compreende 55 municípios divididos em seis microrregiões, com municípios agregados pela similaridade de suas matrizes produtivas, etnias, organização social e política. Na região de Lajeado está localizado o Centro Regional de Qualificação de Agricultores de Teutônia (Certa).

A região é grande referência na produção de cereais e na leiteira. Podendo destacar o milho que é cultivado em 46 municípios e é utilizado principalmente para alimentação animal na forma de silagem e ração, com relação à produção leiteira pois nos últimos anos houve um forte aumento na produção que hoje conta com 321,4 milhões de litros por ano, já o rebanho também cresceu, passando de a monta de 104 mil animais em ordenha que produzem, em média, 3.078 litros por vaca, ao

ano, em cada uma das 7.962 unidades de produção familiar (EMATER/RS, SISPLAN, 12/2017), isso na região que compreende o Vale do Taquari.

No Vale do Caí, são produzidos, anualmente, 18,6 milhões de litros de leite, com uma média de 103 litros por dia em cada uma das mil unidades de produção. Em termos de capacidade industrial, são 27 laticínios de distintos portes em operação nas duas regiões, estando localizados em 17 municípios (EMATER/RS, SISPLAN 12/2017).

O Escritório Regional de Lajeado é formado pelos municípios: Alto Feliz, Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Barão, Bom Princípio, Bom Retiro do Sul, Brochier, Canudos do Vale, Capela de Santana, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Feliz, Forquetinha, Harmonia, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Linha Nova, Maratá, Marques de Souza, Montenegro, Muçum, Nova Bréscia, Pareci Novo, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Salvador do Sul, Santa Clara do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Sérico, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Tupandi, Vale Real, Vespasiano Correa e Westfália.

O ESREG de Passo Fundo abrange 40 municípios que fazem parte dos Coredes da Produção e Nordeste. Conta com uma população de 464.921 habitantes, conforme o Censo Demográfico (2010) e 83.496 vivem no meio rural. Partindo do ano 2000 até 2010 a população total cresceu 6,30%, portanto acima da média estadual que foi de 4,97%. Vale ressaltar que este crescimento além de não homogêneo entre os municípios, mostrou decréscimo de 18,75% da população rural, evidenciando a continuidade do processo de urbanização. A mesma fonte indica que do universo de 254.403 pessoas ocupadas, 21,22% estão na agropecuária, um índice superior ao apresentado pelo estado, cujo percentual é de 16,46%. Na área de abrangência do Escritório Regional a indústria de transformação envolve 12,55% das pessoas ocupadas e o comércio 17,16%.

Neste ESREG há ainda outras atividades que podem ser destacadas tais como 58 empresas que fabricam máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, 15 empresas que fazem a preparação do leite (CNAE⁵ 10511), 13

⁵ Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é um instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

empresas de fabricação de laticínios (CNAE 10520), 148 empresas que fabricam móveis com predominância de madeira (CNAE 31102) e 61 que atuam na extração de pedra, areia e argila (CNAE 08100). Como a região tem elevada produção de grãos, também o segmento de armazenagem está bem estruturado com 359 unidades cadastradas junto à CONAB cuja capacidade estática é de 2.461.619 toneladas.

O ESREG de Pelotas está localizado na metade sul do Estado, a região possui duas microrregiões administrativas da Emater/RS-Ascar e um centro de treinamento, o Cetac/Canguçu. A microrregião I é composta pelos municípios de Amaral Ferrador, Cristal, Morro Redondo, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. A microrregião II é composta pelos municípios de Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osório e Santa Vitória do Palmar. A população desta região é de aproximado 900.000 habitantes, o que corresponde a 8,13% do total do Estado, da qual 82,61% residem nas áreas urbanas e 17,39% nas áreas rurais.

Nesta região o predomínio é a cultura do arroz irrigado, seguido da pecuária de corte, leite, ovinocultura, fruticultura atividade pesqueira e hortigranjeiros. Também são importantes as culturas de milho, feijão, fumo, a industrialização das frutas e a atuação das cooperativas de laticínios. Na região estão situados 90% da área de pomares do estado, com destaque para a produção de pêssego destinado a indústria.

A Região de atuação ESREG de Porto Alegre da Emater/RS-Ascar é composta de cinco Coredes e 72 municípios. Deste total, 69 possuem escritórios locais da Emater/RS-Ascar. Esta região acumula em torno de 1/3 (um terço) da população do Estado, representando ao mesmo tempo um vasto mercado consumidor e um gargalo com relação à constante pressão econômica em âmbito imobiliária.

Nesta Regional, a Emater/RS-Ascar presta assistência técnica e extensão rural e social para povos indígenas, quilombolas, pescadores profissionais artesanais e agricultores familiares. Em 2013 foram atendidas mais de 20 mil famílias de agricultores, 430 de indígenas e 414 famílias de quilombolas residentes em 14 diferentes comunidades. Já a extensão pesqueira atendeu mais de 1850 famílias. O ESREG de POA possui ainda o Centro de Treinamento de Agricultores

de Montenegro (Cetam) cursos na área de bovinos leite, agroindústria, irrigação, piscicultura, lã e sistemas de produção de base ecológica (meliponicultura, homeopatia e horticultura agroecológica), e uma Unidade de Cooperativismo/UCP-Porto Alegre está fornecendo apoio e desenvolvendo ações junto à 7 cooperativas e associações de agricultores familiares através da Extensão Cooperativa. Além disso, outras 14 cooperativas das regiões de Porto Alegre e Caxias estão recebendo orientação para organização e fortalecimento visando o mercado da merenda escolar, através de duas chamadas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Fazem parte do ESREG POA os municípios de: Alvorada, Arambaré, Araricá, Arroio dos Ratos, Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Campo Bom, Canoas, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Cidreira, Cristal, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Estância Velha, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Imbé, Ivati, Ivoti, Mampituba, Maquiné, Marina Pimantel, Minas do Leão, Morrinhos do Sul, Morro Reuter, Mostardas, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Osório, Palmares do Sul, Parobé, Portão, Porto Alegre, Presente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Taquara, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três Forquilhas, Triunfo, Viamão e Xangri-lá.

O ESREG de Santa Maria é formado por 35 municípios e subdividida em cinco microrregiões, a região engloba três Coredes: o Vale do Jaguari, o Central e o Jacuí Centro. No Corede Central estão localizados os municípios de Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaára, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã. Quanto o Corede Jacuí Centro é composto pelos municípios de Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul. O último Corede Vale do Jaguari é formado pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

A região de Santa Maria compreende cerca de 40% dos agricultores familiares existentes nessa área, entre agricultores e pecuaristas familiares,

quilombolas, indígenas, pescadores e assentados da reforma agrária. A principal matriz econômica da região é baseada no cultivo de arroz, soja, milho, fumo e feijão preto, a bovinocultura de leite e de corte também possui uma grande importância econômica bem como a ovinocultura que vem ganhando espaço.

O ESREG da Emater/RS-Ascar, na região administrativa de Santa Rosa foi inaugurado em 1958, pelo então gerente Paulo Sérgio Kappel é formado atualmente por 44 municípios onde são assistidos agricultores familiares, pecuaristas familiares, assentados, pescadores, indígenas e quilombolas, além de apoio a uma nova modalidade, a de agricultura urbana, e assistência ao público em situação de vulnerabilidade social.

A economia na região é predominantemente formada pela cultura da soja, sendo que em torno de 700 mil ha são destinados à cultura, simultaneamente crescem as culturas do milho (164 mil ha), trigo (235 mil ha), alfafa (3,2 mil ha), mandioca (14.300 ha), cana-de-açúcar (6, 7 mil ha), bovinocultura de leite (1,7 milhão de litros diários) e bovinocultura de corte (rebanho de 762 mil cabeças). (EMATER/RS, SISPLAN 12/2017).

Nesta região são apoiadas ações nas áreas de turismo, artesanato, plantas bioativas, hortigranjeiros, soberania e segurança alimentar, certificação orgânica, fruticultura, apicultura e piscicultura, assim como atendimento a mercados institucionais e alimentação escolar.

A região administrativa de Santa Rosa é constituída pelos municípios de Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Bossoroca, Caibaté, Campina Das Missões, Cândido Godói, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Doutor Maurício Cardoso, Entre-ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani Das Missões, Horizontina, Independência, Mato Queimado, Nova Candelária, Novo Machado, Pirapó, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro Do Butiá, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama, Vitória Das Missões.

O ESREG da Emater/RS-Ascar de Soledade é formado por 39 municípios e está dividido em cinco microrregiões administrativas. Nesta região, estão constituídos os Coredes Alto da Serra do Botucaraí (16 municípios) e Vale do Rio Pardo (23 municípios).

A regional possui característica a pluralidade de sistemas de produção, que são formados pelos cultivos de grãos (soja, arroz, milho, trigo), pecuária de corte e leite, fruticultura, olericultura e fumo. Podendo destacar a importância forma que processos de agroindustrialização da produção estão se desenvolvendo nos últimos anos.

O Corede do Alto da Serra do Botucaraí (ASB) possui um alto potencial de desenvolvimento, se considerar a existência de demanda reprimida de investimentos, pois a região é de baixa infraestrutura e pouco industrializado, e que a mesmo possui disponibilidade de mão de obra farta, a existência de área geográfica e a malha viária em boas condições de tráfego e acesso, pois a BR 386 e VRS 818 cruzam pelos principais municípios.

O corede Vale do Rio Pardo possui em torno de 4,8% da população do Estado e um PIB per capita maior que a média do RS (IBGE, 2010). A urbanização bastante considerável e crescente, destacando-se a cidade de Santa Cruz do Sul como polo regional. Este Corede tem como principais características os dinamismos e o potencial emergente de desenvolvimento se comparado com outros do Estado do RS. A maior matriz econômica é a tabaco, ou seja, cultura do fumo, mas também se destacam a produção leiteira, a fruticultura e as culturas do feijão e milho como principais cultivos da região.

Fazem parte do ESREG Soledade os seguintes municípios: Alto Alegre, Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Campos Borges, Candelária, Encruzilhada do Sul, Espumoso, Estela Velha, Fontoura Xavier, General Camara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Mato Leitão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Pio Pardo, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Segredo, Sinimbú, Sobradinho, Soledade, Tio Hugo, Tunas, Vale do Sul, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz E Victor Graeff.

6.2 Atividades rotineiras, projetos e programas que a Emater executa no RS

A Emater executa diversos programas estaduais e atividades de ATERS simultaneamente, isso sem citar as atividades rotineiras como: suporte em eventos das comunidades rurais e de parceiros, em alguns escritórios existem programas locais, que também demandam bastante das equipes, como se não bastasse, existe atendimentos sobre assuntos diversos relacionados ao meio rural como tratos culturais, melhoria na planta e colheita entre outros.

6.2.1 Programa Segunda Água

É um programa estadual que possui como principal objetivo fornecer suporte tanto financeiro como social, para a construção de tecnologias sociais de captação de água da chuva bem como capacitar os agricultores familiares, assim melhorando sua qualidade de vida, este programa possui alguns critérios que devem ser seguidos, pois apenas quem pode fazer parte dele são as famílias que se encontram na faixa da extrema pobreza – renda per capita mensal inferior a R\$ 70,00, que estejam inscritas no Cadastro Único (CadÚnico); possuindo Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

No país, o Segunda Água foi coordenado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no Rio Grande do Sul foi coordenado pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). A Emater/RS-Ascar é responsável pela execução dos projetos de micro açude e cisterna, bem como a distribuição de kits de irrigação. Foram atendidas 2.700 famílias no Rio Grande do Sul, entre 2013 e 2018.

6.2.2 Programa de Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Feaper)

Este programa estadual é uma operação de crédito tomada por pessoa física ou jurídica limitado a R\$ 10.000,00 por CPF, cujos prazos de carência e amortização serão definidos no projeto técnico e estão limitados a três anos e cinco anos

respectivamente, não podendo a soma do prazo de carência com o de amortização ultrapassar oito anos.

Bônus de Adimplência é concedido quando o pagamento da parcela for efetuado até a data de seu vencimento (definida no instrumento de crédito na cláusula Forma de Pagamento), não cabendo nenhuma reconsideração em caso de atraso, o que acarretará a perda irreversível do benefício, com pagamento integral da parcela vencida acrescido dos juros de mora.

6.2.3 Programa Brasil sem Miséria (PBSM)/Anater

É uma Política pública federal mantida pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) que conta com mais de 100 mil famílias no estado do RS, que são assistidas durante um período de quatro anos. A Emater fica responsável em planejar, capacitar, executar e fiscalizar cada beneficiário do programa. Para acessar o programa cada família tem que se enquadrar em certos critérios que são:

- Estar inscrita no Cadastro Único e possuir renda declarada de até R\$ 85,00 por pessoa da família/mês (per capita).
- Possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
- Não ter acessado o Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais – PBSM nas etapas anteriores.

A família beneficiada terá direito a R\$ 2.400,00, em duas parcelas, a fundo perdido, a contrapartida da família é executar o projeto produtivo por completo, que foi discutido e acertado com antecedência.

6.2.4 Gestão sustentável da Agricultura Familiar

A agricultura familiar como se sabe é de grande importância para o Rio Grande do Sul, com ciência de sua importância que foi instituído o Programa Gestão Sustentável da Agricultura Familiar, através do Decreto nº 53.052, de 2 de junho de 2016, bem como seu lançamento no Palácio Piratini em 3 de junho do mesmo ano. Este programa visa obter indicadores sobre a evolução das condições sociais, econômicas e ambientais dos estabelecimentos assistidos, especialmente em

relação à utilização dos recursos naturais, racionalização da mão de obra, ao uso de insumos, à qualificação do saneamento básico rural, ao aumento da renda dos agricultores e à incorporação de mudanças tecnológicas.

Para Colle (2019) este é:

Desenvolvido para obter resultados em um período de quatro anos, está previsto a capacitação de mais de mil técnicos, a sensibilização de/incentivo a 40 mil famílias, elaboração e implantação de planos de gestão para 20 mil famílias. Como impacto para quatro anos, são esperados o aumento da renda em pelo menos 20%, o aumento de, pelo menos, 10 % da área com práticas conservacionistas, o acesso a bens e serviços e que todas as famílias produzam pelo menos 12 produtos para o autoconsumo.

6.2.5 Agroindústria Familiar

A agroindústria Familiar através do programa Selo Gaúcho vem ganhando destaque no estado, é o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor(es) familiar(es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, que possui como finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas. Nesta atividade a Emater trabalha com assessoramento técnico na comercialização e na operacionalização e boas práticas de fabricação, bem como na qualificação, pois serão trabalhados com agricultores familiares que possuem agroindústria no município, formal e informal, para que se possa orientar, nas boas formalização e legalização.

6.2.6 Bovinocultura Leiteira

O Rio Grande do Sul produz anualmente um total de 4,5 bilhões de litros de leite, o que posiciona o Estado como o terceiro maior produtor do país, com aproximadamente 13% da produção nacional. Diariamente, são entregues às indústrias uma média de 11,3 milhões de litros para uma capacidade industrial instalada de 18,7 milhões de litros/dia.

O rebanho leiteiro no estado gaúcho é composto por 1,3 milhão de vacas, sendo predominantemente formado por raças europeias especializadas, holandesa e Jersey, que, como raças puras, ou cruzadas entre si, representam 93,6% do material genético utilizado nas propriedades.

A Emater atua visando qualificar os produtores na atividade e consequentemente obter melhoria da produtividade, aumento da produção e da qualidade do leite e aumentar a renda das famílias. Através do uso de contatos, visitas, DMS, oficinas, excursões, tardes de campo, através disso trazendo certa melhoria na atividade nas propriedades e aproveitamento e destinação correta dos dejetos, melhorias nas estruturas, principalmente salas de ordenha e melhoria da qualidade do leite produzido. Uso de métodos de gestão para melhoria da rentabilidade da atividade.

6.2.7 Avicultura Colonial

A avicultura é uma técnica de criar e multiplicar aves. A avicultura colonial tem referência à produção de galinhas em pequena escala de forma que os produtos, como aves e ovos, são destinados ao consumo do agricultor e sua família. Os excedentes de produção são vendidos no comércio local. Esta alternativa alimentar é chamada de comumente denominado e Avicultura colonial, por ser geralmente desenvolvida do campo na “Colônia”, estas atividades é desenvolvida em milhares de propriedades no estado. Desta forma o principal objetivo do trabalho é suprir as necessidades da família do produtor em carne e ovos. A Emater auxilia nas boas práticas de produção, (alimentação, limpeza, gestão da atividade) no manejo da criação (bem-estar animal), na coleta, armazenagem e comercialização de ovos, na comercialização de carne para o autoconsumo.

6.2.8 Suinocultura

A suinocultura trata da criação e exploração racional de porcos (BARTELS, 2019). A suinocultura é uma atividade de grande importância tanto como alternativa alimentar do agricultor quanto econômica para o Rio Grande do Sul, vale lembrar que essa atividade sofreu fortes mudanças relacionadas aos produtores, pois a relação com a indústria ficou mais perto, visto que o sistema de elaboração de rações, o

fornecimento de material genético e a orientação técnica de grande número de produtores passou a ser oferecida pela indústria compradora dos animais.

A assistência técnica oficial atua em toda atividade de produção bem como assuntos relacionados ao meio ambiente, hoje em dia fornece orientação aos produtores não integrados e àqueles que produzem para consumo próprio e vendem o excedente.

6.2.9 Pecuária Familiar (bovinos, caprinos, bubalinos, ovinos, etc.)

A pecuária familiar, baseada na produção extensiva, se caracteriza por respeitar o meio ambiente em que está inserida e pela forma de condução das práticas de manejo.

Reconhecendo a importância econômica e social desse setor, foi instituído no Rio Grande do Sul o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar, através da Lei Estadual nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, que tornou o apoio a esses produtores uma política de Estado. Essa lei foi regulamentada através do Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011, que, no seu art. 3º, define como pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições:

[...]

Art. 3º - Tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; utilizem na produção o trabalho com predominância familiar, com tudo podem utilizar mão de obra contratada em até 120 (cento e vinte) dias ao ano. Que possuam posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares; que possuam residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e obtenham no mínimo 70% (setenta por cento) da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Dentre as diretrizes institucionais da Emater/RS/Ascar procuram promover ações em apoio ao pecuarista familiar, bem como de todos os membros da sua família, visando à melhoria da qualidade de vida e à geração de renda, favorecendo assim a sucessão familiar.

6.2.10 Olericultura

A produção vegetal é um ramo muito importante de renda nas famílias rurais, a Olericultura (é o nome correto) contribui com o maior número de espécies consumidas pela humanidade, podendo destacar folhas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos e diversas outras partes comestíveis de plantas.

Pode-se dizer que a produção em escala comercial de hortaliças seja uma atividade rural que se concentra o alto índice de pequenas propriedades e de agricultores familiares; se considerarmos os outros cultivos vegetais, esse é um dos que melhor se enquadra à possibilidade de evolução e mudança de sistemas produtivos, com isso tendo uma grande contribuição junto à inclusão social e econômica, em função do elevado valor agregado, do uso intensivo da mão de obra e de tecnologia.

A Emater/RS-Ascar trabalha com os agricultores familiares do suporte técnico no preparo do solo, nos tratos culturais, no plantio/semeadura, cuidados com a adubação, época de plantio de cada espécie, também orientando quanto à armazenagem e comercialização nos mercados locais.

6.2.11 Grãos (soja, trigo, milho, etc.)

O Brasil é o maior produtor do mundo de grãos, que engloba neste termo, soja, trigo, milho, feijão, arroz, aveia entre outros, O desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, tem relação direta com o avanço e consolidação desta cultura.

O trabalho da Emater com relação à extensão rural tem como objetivo contribuir no desenvolvimento da cadeia de grãos, buscando, consolidar o estado do Rio Grande do Sul como grande produtor de forma sustentável e eficiente, além de ser um grande produtor de proteína animal, onde o milho é o principal produto para formulação da ração. As ações deverão proporcionar maior sustentabilidade ambiental social e econômica dos agricultores e do estado.

As principais ações são:

- Transferência de tecnologias geradas pela pesquisa.

- Prestar assistência técnica e principalmente para os agricultores familiares.
- Práticas sustentáveis como adubação verde, plantio em nível.
- Uso racional dos insumos.
- Capacitar técnicos e produtores, visando difundir práticas de sustentabilidade.
- Minimizar perdas na colheita.
- Secagem e armazenagem na propriedade.
- Reuniões técnicas.

6.2.12 Ações Socioassistenciais

Este é um Serviço Social onde a Gerência Técnica é responsável por todo o processo de orientação, formação e elaboração dos documentos comprobatórios para fins da Certificação da Ascar como Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas)⁶.

Com atuação no Escritório Central e nos 492 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, onde a Ascar disponibiliza seus serviços para as famílias rurais.

6.2.13 ATER Juventude Rural

Nos dias atuais existem muitas dificuldades de participação dos jovens na gestão da propriedade rural, ou melhor, na unidade familiar de produção, isso por que muitas vezes não possuem nenhuma remuneração pelo seu trabalho, também pesa a falta de autonomia, de oportunidades para socialização e lazer, e de conexão com o mundo virtual estimulam a saída dos jovens para a cidade, e especialmente das jovens mulheres. A busca por uma vida com mais comodidade, com mais acesso a serviços também é estimulada pela própria família, por querer que seus filhos tenham uma vida melhor. Esses processos migratórios contribuem para a falta

⁶ Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é uma declaração que o Ministério de Desenvolvimento Social concede a uma entidade, reconhecendo que ela é entidade beneficente de assistência social.

de sucessão com o conseqüente envelhecimento e masculinização da população rural.

6.2.14 Crédito Rural

Segundo Machado Neto (2019):

A agricultura familiar vem se tornando cada vez mais fundamental para o crescimento da economia e da melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Através da Emater no ano de 2018, foram elaboradas dentro de seus escritórios mais de 37 mil projetos, num total de mais de 33,5 mil produtores rurais. As políticas de crédito rural contribuem para esse quadro para esses números sejam alcançados, podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em junho de 1996, que tem como objetivo promover o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar.

O PRONAF além financiar a produção (custeio e comercialização) tem o de investimentos produtivos, o Pronaf foi viabilizando outras linhas de financiamento que é direcionado à promoção da sustentabilidade e à geração de renda dos empreendimentos, como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Eco, o Pronaf Floresta, o Pronaf Agroecologia e outras linhas. Crédito fundiário.

As atividades executadas pela Emater/RS-Ascar em crédito rural são as seguintes:

- Elaboração de planos e projetos de crédito;
- Prestação de assistência técnica individual ou coletiva;
- Realização de laudos e estudos prévios;
- Realização de avaliações de bens rurais e avaliações diversas;
- Realização de perícias e laudos visando a indenizações de seguros rurais;
- Capacitação de agricultores, técnicos e parceiros;
- Produção de materiais educativos;
- Assessoramento técnico a agricultores e parceiros e em nível de carteira.

6.2.15 Manejo e Conservação de Solos e Água

O Rio Grande do Sul sempre vem na vanguarda dos estados brasileiros referente à produção de grãos, pecuária, fruticultura, olericultura e fumicultura; soja, milho, trigo e arroz irrigado são as culturas com maior expressão econômica. Esse

destaque todo não é por acaso, é favorecido pela diversidade de solos, clima favorável, abundância de água, pelo aporte tecnológico e pela organização das cadeias produtivas.

Por conta destas características climáticas, as chuvas no Estado são mal distribuídas durante o ano. Pode-se afirmar que quando ocorrem chuvas excessivas, há perdas na produtividade por ocorrência de erosão. Já em outro momento, na ausência de chuva, ocorrem perdas por falta de umidade no solo, prejudicando o agronegócio e a economia do Estado.

Devido a estes fatores que se tornam necessários para desenvolver atividades em manejo e conservação do solo para melhorar as condições físicas, químicas e biológicas do solo, para reduzir a erosão hídrica, melhorar a infiltração e o armazenamento de água no solo e também para tornar mais estáveis as produtividades das culturas e da pecuária. A Emater/RS-Ascar vem atuando em conformidade com a Política Estadual de Conservação do Solo e da Água do Estado do Rio Grande do Sul, através do Programa Conservar para produzir melhor tem por objetivo proteger e conservar a qualidade do solo e da água e promover o desenvolvimento econômico-social e do meio ambiente do Rio Grande do Sul.

6.2.16 Ação Social

Segundo o site Emater, a ação social e estratégica para o cumprimento do que preceitua a Missão Institucional da Emater/RS-Ascar, é:

Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável, através do fortalecimento da agricultura familiar e dos demais povos que vivem neste espaço como indígenas, quilombolas, pescadores, assentados e reassentados da reforma agrária, de forma a contribuir para a qualidade de vida no meio rural, que garanta a sucessão familiar segura. Para atender os desafios postos, se faz necessário o vigoroso enfrentamento, através de uma assistência técnica e extensão rural com abordagem social.

A Emater/RS-Ascar possui conhecimento das diversas adversidades que se configuram na vulnerabilidade destes públicos, para conquistar o êxito do que se propõe, tem que considerá-las no atendimento que realiza as pessoas, famílias e comunidades rurais, bem como de que forma estão sujeitas, suas potencialidades e limitações.

Entre elas figuram a extrema pobreza, a falta de documentação civil, as distâncias dificultadas, precariedade do acesso a terra e aos bens necessários para nela produzir e se estabelecer, empecilhos para o escoamento do pouco que produzem, ocasionado pela falta de acessos viários adequados e de infraestrutura, como transporte e o armazenamento, obstáculos ao acesso às informações e a execução de políticas públicas pertinentes, inexistência e/ou fragilidades em suas organizações representativas, ausência ou precariedade dos equipamentos sociais, exposição às adversidades climáticas e ambientais, bem como ao uso de agroquímicos, aos fortes impactos do trabalho sob sua saúde, as desigualdades de gênero, raça e etnia, os requeridos burocráticos para a conquista da legalidade na comercialização formal de seus produtos, são algumas das situações com que a ação extensionista se depara no seu cotidiano de trabalho.

É fundamental, ainda, a capacidade de orquestrar o apoio e articulação interinstitucional, à busca de acesso a outras políticas de direitos, que se relacionam com a estruturação destas pessoas e comunidades.

É através desta capacidade gestora, que a Emater/RS-Ascar, contribui para as condições favoráveis ao desenvolvimento social, produtivo, econômico e para a estruturação das famílias e comunidades vivendo neste espaço. Sua atuação se dá de forma compartilhada, construída entre diversas instituições, entidades representativas, com as famílias e comunidades diretamente envolvidas. Toda ação desenvolvida se dá de forma planejada, continuada e é exercida gratuitamente às famílias assistidas.

Atua, portanto, executando um amplo espectro de políticas públicas, entre elas destacam-se as de inclusão social e produtiva, transferência de renda, que visam o enfrentamento à pobreza e promoção da geração de renda para estas famílias.

Promove a Segurança Alimentar e Nutricional através do estímulo da produção para o autossustento e diversificação de cultivos, preferencialmente agroecológicos. Desenvolve, a par disto, ações de educação alimentar para o consumo de alimentos adequados e saudáveis. Articula e coordena a captação e distribuição de sementes e mudas de olerícolas, e frutíferas a fim de apoiar concretamente e diretamente estas ações. Complementarmente, articula possibilidades de mercado para comercialização dos excedentes, com foco principal às feiras locais e compras para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e

Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE), dando prioridade para inclusão dos públicos historicamente alijados dos espaços de comercialização.

Anima processos educativos e participativos com parcerias e organizações sociais locais, abordando as temáticas de acesso a políticas públicas e garantia de direitos, promoção da igualdade de Gênero, Raça, Etnia, Gerações (em especial Idosos e Jovens Rurais), promoção e apoio à Sucessão Familiar, valorização da cultura local, promoção da Saúde e estímulo à utilização e ao cultivo de Plantas Bioativas, ações de Educação Ambiental, geração de renda complementar através do Turismo rural e Artesanato. Em mais de 380 municípios com a parceria das Secretarias e Conselhos Municipais de Assistência Social desenvolve programas de assessoramento e garantia de Direitos para estes públicos.

Por fim, a Instituição é ciente de que a participação em espaços de consulta pública e de representação social são fundamentais para a qualificação das políticas públicas, seu acompanhamento e monitoramento, participando de forma atuante em 465 Conselhos, Fóruns, Comitês e outras instâncias de participação social.

Este complexo espectro de ações compõe uma destacada atuação extensionista de assessoramento às pessoas, famílias e suas organizações locais, bem como a promoção e divulgação da garantia de direitos no espaço rural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as transformações do mundo no último século, a humanidade passou a se envolver mais com a vida social, isso se refletiu nas zonas rurais, onde os camponeses se viram “obrigados” a se organizar para poderem sobreviver com dignidade, foi através de sociedades organizadas e ONG’s Americanas no final de século XIX, que se deu o pontapé para surgirem grupos de camponeses organizados, preocupados com o meio ambiente e tecnologias, esta concepção ficou conhecida hoje em dia como Extensão Rural. A partir daí não demorou muito para que a essa tendência chegasse em terras Tupiniquins.

As primeiras experiências de Extensão Rural bem-sucedidas no Brasil foram em Minas Gerais, que foram possíveis através e acordos entre governos, no caso entre Brasil e EUA. No ano de 1955, agências Nacionais e Estaduais de Extensão Rural foram criadas, no Estado Gaúcho a primeira entidade neste setor foi a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, através dessa entidade que se pode trabalhar mais afincado com o homem e mulher do campo, lembrando que antes não havia ligação entre a vida rural com a burocracia do poder público.

Nesta época o RS, estava em franco desenvolvimento, diversos município sendo criados, mas havia uma lacuna no que se refere conhecimento Rural, pois o modelo de agricultura no Brasil e conseqüentemente no Estado era considerado ultrapassado e precisava de uma remodelagem com urgência. Por meio de políticas públicas estaduais e com os esforços dos Extencionistas Rurais da Ascar, que no ano de 1980 se uniu com a Emater, que havia sido criado três anos antes, e partir daí estas duas entidades iniciaram um trabalho em conjunto, ou seja, passariam a desenvolver suas atividades de forma solidária e justaposta, mediante um gerenciamento comum, porém remunerado por uma só das suas partes, ou seja, pelos recursos financeiros públicos repassados à Emater/RS. Assim sendo, esta entidade consolidou-se e desenvolveu-se através de suas inúmeras ações voltadas ao meio rural, neste aspecto se enquadram os povos tradicionais que por muito tempo foram esquecidas as margens do poder público.

Apesar dos últimos anos a economia venha sendo atingida por diversos fatores negativos, o setor agropecuário e, neste, se enquadra da agricultura Familiar, vem se mantendo em condições confortáveis, com desenvolvimento e produção

dentro e acima das metas estipuladas para o setor, por meio disso fica evidenciado que ter uma entidade de extensão Rural em um Estado da Federação é de suma importância para o desenvolvimento do mesmo, pois através de sua capilaridade pode articular políticas públicas com maior eficiência.

Um papel de destaque sem dúvida é o PBSM, este programa Federal de cunho Social vem sendo executado pela Emater, e apenas no RS dezenas de milhares de famílias foram beneficiadas, público este de vulnerabilidade social, que foram selecionados através de dados fornecidos pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e visitas realizadas pelos extencionistas Rurais e Sociais. A importância deste programa gerenciado pela Emater se deu pelo fato de muitas famílias estarem à margem das políticas públicas, muitas nem mesmo possuíam documentos básicos com RG e CPF, devido a isso esta política pública forneceu de início aos agentes públicos a real situação da pobreza no meio rural, e com o desenrolar desta política se pode observar a ascensão de famílias antes inertes e inexpressiva e agora verdadeiramente inseridas na sociedade, onde conseguiram produzir alimentos de subsistência e em alguns casos venderam o excedente para o mercado local. Foi através desta política pública e com a estrutura da Emater por meio de suas ações de acompanhamento e orientação que contribuíram para diminuição do êxodo rural.

O setor produtivo do Estado no meio Rural é um dos mais diversificados do Brasil, conforme citado, a cadeia produtiva do Leite, e não poderia deixar de citar Agroindústria Familiar, o setor de olericultura, e principalmente o de grãos, setores assistidos pela Emater/RS–Ascar, lembrando que nenhum destes setores produtivos teria êxito se não existissem ações voltadas ao meio ambiente como Manejo e Conservação de Solos e Água. Cada vez mais estas práticas se tornam imprescindíveis para melhorar o manejo e conservação, com isso melhorando as condições físicas, químicas e biológicas, que irão reduzir a erosão hídrica, melhorar a infiltração e o armazenamento de água no solo com isso tornando mais estáveis e mantendo a produção das culturas e da pecuária de modo geral, esta é uma ação não apenas técnica mas social realizada pela Emater.

Como em qualquer área econômica uma atividade produtiva sem o devido planejamento e alocação correta de recursos para ser investidos, esta atividade seria praticamente inviável de se manter, é justamente neste assunto que se enquadra o Crédito Rural, pois através de elaboração de planos e projetos de crédito

com responsabilidade e realizando uma prestação de assistência técnica individual ou coletiva na propriedade, bem como efetuando laudos e estudos prévios da situação encontrada, com isso vai fornecendo uma garantia mais ampla e consistente para o agricultor tomador de crédito e quanto ao agente financeiro. Estes fatores contribuem muito para desenvolvimento do setor como um todo, pois se o agricultor conseguir honrar suas dívidas, o agente financeiro certamente poderá emprestar mais recursos e com isso vai movimentando a área econômica, mas se houver frustração de safra, como estiagem ou chuvarada, o maior destaque se dá nas realizações de perícias e laudos realizados pela Emater. Estas ações visam a indenizações de seguro rural que também é comumente conhecido de Proagro, com isso trazendo tranquilidade ao agricultor e ao agente financeiro, porque com certeza receberá o crédito devido.

A Emater/RS-Ascar possui forte ligação à área Social do Estado do RS, atua diretamente com o público de vulnerabilidade social. Mas para poder obter certo sucesso em suas ações a entidade trabalha com as diferentes realidades e limitação de cada público realizando atendimentos a pessoas, famílias e comunidades rurais em diferentes cenários.

Dentre estes cenários a extrema pobreza, a falta de documentação pessoal, as distâncias entre casa a cidade, a dificuldade de acesso à terra própria ou até mesmo para cultivo, os problemas para comercializarem a produção sem falar na idade avançada da população rural, são exemplos de cenários rotineiros. Estas situações merecem muita atenção, vale lembrar que existe uma enorme fragilidade nas organizações representativas, tais como sindicatos, associações, cooperativas entre outros, para fornecerem assessoramento nas áreas climáticas, ambientais, no uso excessivo de agroquímicos, a saúde do trabalhador rural, por estes motivos que a Emater/RS-Ascar tornou-se única no meio rural, visto que praticamente todos estes assuntos são tratados quando um extensionista realiza a visita à propriedade Rural. Todos estes fatores mostram parte da realidade enfrentada pelo estado Gaúcho, a referida entidade, muitas vezes a única custeada por recursos públicos e que trabalha efetivamente com estas situações, utilizando-se de todo o conhecimento agregados há mais de 60 anos, desenvolveu uma capacidade de organizar e apoiar e “articulação interinstitucional”, ou seja, mobilizando diversas áreas como o setor público e privado, e organização civis, por meio disso buscando a acesso a outras políticas de direitos, assim estruturando pessoas e comunidades.

Aqui pode ser citado um exemplo, que é a juventude rural, que enfrenta muitas dificuldades em relação à participação dos jovens na gestão da propriedade rural, isso ocorre porque na maioria dos casos o jovem não possui nenhuma remuneração pelo seu trabalho, não tem autonomia, lazer, e internet na propriedade. Para estancar um pouco este problema social existe o programa dirigido pela Emater que é o Gestão Sustentável da Agricultura Familiar, que envolve o jovem, que capacita e fornece meios de organizar a propriedade fornecendo certa autonomia, para gerir seu próprio dinheiro, e assim permitindo que o jovem fique no meio rural.

Mesmo assim, com um trabalho muitas vezes criticado e pouco reconhecido, a Emater/RS–Ascar vem sendo referência no trabalho de Extensão Rural do País, através de sua forma de atuação trazendo desenvolvimento Social e Rural para o interior do Estado.

REFERÊNCIAS

AÇÃO Social. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/social/>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

AÇÕES Socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-produtiva/acoes-socioassistenciais.php#.XHleneTsbs0>>. Acesso em 02 mar. 2019.

AGROINDÚSTRIA Familiar. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agregacao-de-valor/agroindustria-familiar.php#.XHbLV7iQzs1>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ALMEIDA, Régis Rodrigues, **Agricultura Familiar**. Revista Geografia Humana. 2016. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/agricultura-familiar.htm>>. Acesso em 02 fev. 2019.

ALRS - ASSMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Representação Externa para Tratar da Situação da Emater/RS. **Relatório final**. Porto Alegre, RS, novembro 2011.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar-iara-alfin-2007.pdf>>. Acesso: 21/02/2019

ANDRADE MIGUEL, Lovois de. **Entre os Campos e as Florestas**: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul/ Brasil. UFRGS, 2013, 18p.

ASCAR, Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. **Ata n. 1 de Fundação da Ascar**. Documento arquivístico institucional, Livro n. 1, p. 1-4, 1955.

AVICULTURA Colonial. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/avicultura-colonial.php#.XHbKr7iQzs0>>, acesso em: 24 fev. 2019.

BARCELLOS, Boaventura N. Informe geral sobre a pesca no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: BRDE/CODESUL, 1966. In: PASQUALOTTO, Vinicius Frizzo, **Pesca Artesanal no RS**. Os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de Reprodução Social. UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 50.

BARTELS, Henrique. **Suinocultura**. Emater RS. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/suinocultura.php#.XMwqXaR7ns0> > . Acessado 10 abr. 2019.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Nei de Aparecida de Souza. **A metodologia e universidade**. In: _____. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1986. p. 1-14.

BIASI, Carlos Antônio Ferraro, **Método e meios de comunicação para extensão rural**, Curitiba: Acarpa, 1986. v.1.

BOVINOCULTURA de Leite. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/bovinos-de-leite.php#.XHbLLiQzs2>>. Acesso em 27 fev. 2019.

BRANSKI, Regina Meyer; FRANCO, Raul Arellano Caldeira; LIMA JR., Orlando Fontes. **Metodologia de Estudo de Casos Aplicada à Logística**, São Paulo, UNICAMP, 2010. 12p

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 179-234.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/a-extensao-rural-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Povos Indígenas no Brasil**. Quem São? São Paulo, maio, 2005. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o> acesso: 01/02/2019.

CALIMERIO, Luan Pereira; MIYASATO, Lucas. **Estudo de caso: o tratamento dos resíduos de papelão ondulado na empresa Gerdau, sob o aspecto da logística reversa**, Natal/RN, 2016, 11p.

CENTROS DE FORMAÇÃO. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/centros-de-formacao.php#.XHlvleTsbs0>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

COLLE, Célio. Gestão sustentável da agricultura familiar auxilia pescadores. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/gestao-sustentavel/>>. Acesso abril 2019.

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA PARA TRATAR DA SITUAÇÃO DA EMATER/RS, **Relatório Final**. Assembleia Legislativa do RS, Porto Alegre, novembro de 2011. 51p.

COMUNIDADES Quilombolas no Brasil. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/quilombolas-brasil/>>. Acesso março 2019.

EMATER. Rio Grande do Sul. Conselho Técnico Administrativo. **Ata de fundação**. Livro extra. Emater/RS - Conselho Técnico Administrativo – Atas de Reuniões Plenárias. Livro nº 1,1977, p. 2-11.

EMATER/RS-ASCAR. **Relatório de Atividades/2016**. Disponível: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorioinstitucional/relatorio_de_atividades_2016.pdf>. Acesso em 27 fev. 2019.

ESTÓRIAS quilombolas. Brasília. Ministério da Educação, 2008. **Revista de Direito Agrário**. Brasília, D.F, n. 21, 2007, p. 31-79. (Coleção Caminho das Pedras, 3).

EXTENSION SERVICE REVIEW. U.S. Department of Agriculture, May-June, 1976. 72p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. 93p.

GARCEZ, Danielle S. Diagnóstico das comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Programa RS Rural e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Porto Alegre, 2001. In: PASQUALOTTO, Vinicius Frizzo, **Pesca Artesanal no RS**. Os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de Reprodução Social. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GASPAR, Lúcia. **Quilombolas**, fundação Joaquim Nabuco. Recife, 22 de julho de 2011. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=857:quilombolas&catid=51:letra-q>. Acesso em: 03 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como Classificar as Pesquisas?. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, dez. 2011. 21p.

GRÃOS. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-vegetal/milho.php#.XHk9F-Tsbs0>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, v. 24).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Disponível em <<https://www.agricultura.rs.gov.br/gestao-sustentavel-da-agricultura-familiar>> Acesso em 20/01/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/fredericowestphalen.php#.XMswuaSQzs0>> Acesso em: 03/02/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal. 2011. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/regionais/caxias-do-sul.php#.XMswg6SQzs0> > Acesso em: 01/02/2019.

JONES, G.E. & GARFORTH, C. The history, development, and future of agricultural extension. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997. In: BLAS, Joel da Luz; PFÜLLER, Ernane Ervino. Aspectos que influenciaram a transição da condição de empregado para a condição de agricultor familiar no município de Monte Alegre dos Campos (RS). **RACI**, Getúlio Vargas, v. 10, n. 21, jan./jul. 2016. ISSN 1809-6212.

MACHADO NETO, Dulphe Pinheiro. **Crédito Rural**. Emater RS. Disponível em <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/apoio-a-gestao-e-producao/credito-rural.php#.XMwrDaR7ns0> >. Acesso março 2019.

MELIÁ, Bartomeu. El guarani conquistado y reducido, 1986 In: **RS índio: cartografias sobre a produção do conhecimento [recurso eletrônico]** / org. Gilberto Ferreira da Silva, Rejane Penna, Luiz Carlos da Cunha Carneiro. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 300 p.

MIRANDA, Regina da Silva, **Cenário de Aters com Agricultura Familiar em Comunidades Remanescentes de Quilombos**, Emater/RS – Ascar, Porto Alegre/2017. 24p.

MUSSOI, Eros Marion, **Extensão Rural: uma Contribuição ao seu Repensar**. Centro de Ciências Rurais, UFSM, Revista Centro de Ciências Rurais, v 15,. n.1, p. 37- 50, 1985.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. et al. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.

OLERICULTURA. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-vegetal/olericultura.php#.XHkqpqOTsbs0>>. Acesso 01 mar. 2019.

PEIXOTO, Marcus, **Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação**, Brasília, outubro / 2008. 50p.

PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 300p.

PEREIRA, Marcos Newton, **Métodos e Meios de Comunicação em Extensão Rural**, Emater/RS-Ascar, Porto Alegre, 2009, 40p.

PEROVANO, Dalto Gean, **Manual de Metodologia Científica para segurança pública e defesa social**. Editora Juruá, Curitiba/PR 2014. 215 p.

PLANO Operativo Jacuizinho/2019. Acervo EMATER/RS – ASCAR. Escritório municipal de Jacuizinho, 08 ago. 2018.

PLANO Socioassistencial Jacuizinho/2019. Acervo EMATER/RS – ASCAR. Escritório municipal de Jacuizinho, 13 dez. 2018.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/pais-possui-mais-de-um-milhao-de-pescadores-ativos>>. 20 fev.

POVOS indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o>. Acesso em 15 fev. 2019.

PROGRAMA de Gestão Sustentável da Agricultura. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/gestao-sustentavel/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

QUEVEDO, Julio Ricardo. Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata. São Paulo: Edusc, 2000. In: **RS índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento [recurso eletrônico] / org. Gilberto Ferreira da Silva, Rejane Penna, Luiz Carlos da Cunha Carneiro. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 300 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das Letras, 2006.

ROSA, Edna Ferreira. **Comunidade quilombola Kalunga**: entre o direito étnico, políticas públicas e a legislação ambiental. Revista de Direito Agrário, Brasília, D.F, ano 2007, p. 31-79.

SCRIPPS INSTITUTION OF OCEANOGRAPHY. Disponível em: <http://artisanalfisheries.ucsd.edu/about-artisanal-fisheries/>. Acesso em: 24 fev. 2019.

SILVA, G.F. da; PENNA, R.; CARNEIRO, L.C.C. **RS Índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento. org. SILVA, Gilberto Ferreira da; SOUZA, Joice Silva de Souza. **Pesca Artesanal**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/pesca-artesanal/>>. Acesso em 22 fev. 2019.

SOUZA, José Otávio Catafesto. Um salto do passado para o futuro: as comunidades indígenas e os direitos originários do Rio Grande do Sul. In: **RS índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento [recurso eletrônico] / org. Gilberto Ferreira da Silva, Rejane Penna, Luiz Carlos da Cunha Carneiro. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 300 p.

SUINOCULTURA. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/suinocultura.php#.XHbP-riQzs0>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

THE FISH PROJECT: Artisanal Fisheries. Disponível em: <<http://thefishproject.weebly.com/artisanal-fisheries.html>>. Acesso em 22 fev. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 179-234.